

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVIII

FLORIANÓPOLIS, 31 DE MARÇO DE 2008

NÚMERO 5.871

16ª Legislatura
2ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Herneus de Nadal

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Pedro Uczai

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Jean Kuhlmann

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

Herneus de Nadal

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Jean Kuhlmann

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Jean Kuhlmann - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Elizeu Mattos

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Elizeu Mattos

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

Edson Piriquito - Vice Presidente

Edison Andrino

José Natal Pereira

Cesar Souza Júnior

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Edison Andrino

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Jean Kuhlmann

Romildo Titon

Manoel Mota

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1883
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

ÍNDICE

Plenário
Ata da 021ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 27/03/2008.....2

Publicações Diversas

Ata da Procuradoria.....20
Ata de Comissão Permanente.....
.....20
Aviso de Resultado.....20
Aviso de Licitação.....20
Extratos21
Portarias21
Redações Finais.....23

PLENÁRIO

ATA DA 021ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2008 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Cesar Souza Júnior - Dagomar Carneiro - Décio Góes - Edison Andrino - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Flavio Ragagnin - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Hemeus de Nadal - Joares Ponticelli - José Natal - Julio Garcia - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Refere-se à necessidade da criação da Defensoria Pública no estado; realça o trabalho do PT com sua militância.

DEPUTADO DÉCIO GÓES (aparte) - Defende a existência de dois serviços para a população: a Defensoria Dativa e a Defensoria Pública.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Defende a Defensoria Dativa.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Convida para a 8ª Fêmea, em Imbuia; discorre sobre a situação da saúde pública na Grande Fpolis; ressalta a carência de pessoal na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Alerta para o perigo da dengue no estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Concorde que é preciso muita atenção no que se refere à saúde pública.

DEPUTADO SILVIO DREVECK - Analisa o relatório do TCE, de 2006, sobre as contas do governo do estado.

Partidos Políticos

DEPUTADO MANOEL MOTA - Informa o andamento que o governo estadual está dando ao problema salarial dos professores; critica o governo de Esperidião Amin.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Afirma que o líder do governo está acompanhando junto ao governo do estado a questão salarial do magistério.

DEPUTADO SERAFIM VENZON (aparte) - Expressa sua crença de que é possível o diálogo entre o governo do estado e o magistério na solução dos problemas da Educação.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Aborda a importância do rastreamento do gado bovino em Santa Catarina.

DEPUTADO DÉCIO GÓES - Manifesta solidariedade ao Magistério Público Estadual; comenta visita do presidente Lula a Florianópolis; aborda o programa de tele-centros.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Acusa o governo de Luiz Henrique de ditatorial e as SDRs de comitês político-eleitorais do PMDB e seus aliados.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Lamenta a morte de Ieda Varela Beck, que deixa importante legado ao cinema catarinense.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Salienta a necessidade de negociação entre o governo e os professores e sugere a apresentação de proposta conciliatória.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Convida para a Festa da Paçoca, em Capão Alto.

DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pede a liberação do FGTS às pessoas atingidas pela enchente de 31 de janeiro; reporta-se à audiência pública sobre o Parque Metropolitano Continental.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Cumprimenta o deputado Cesar Souza Júnior pelo pronunciamento e comunica que o ministério da Integração Nacional ainda está aguardando a documentação necessária para liberação de recursos aos atingidos pela enchente de janeiro.

Ordem do Dia

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Discute moção de autoria do deputado Flavio Ragagnin, concernente à UNC de Concórdia.

DEPUTADA ODETE DE JESUS (pela ordem) - Cobra da Infraero e da Anvisa ações contra a dengue.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reporta-se ao Pedido de Informação n. 0063/2008, de sua autoria, que solicita cópia do convênio firmado entre a secretaria do Planejamento e a Finatec.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Pede o cumprimento do acordo de líderes acerca da pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (pela ordem) - Opina que é legítimo os deputados questionarem a pauta da Ordem do Dia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Comunica que não discutirá o teor do pedido de informação do deputado Joares Ponticelli, que votará a favor e insiste na necessidade de conhecimento prévio da matéria.

Explicação Pessoal

DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Pede o monitoramento nas fronteiras, através da secretaria da Agricultura, na questão da sanidade animal; aborda a questão da UNC, *campus* de Concórdia.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a presença da prefeita em exercício Otacilio Costa, Eliany Koehler apela por debates éticos em plenário.

DEPUTADO SILVIO DREVECK (pela ordem) - Reporta-se ao pronunciamento do deputado Herneus de Nadal e a polêmica sobre o seu teor com o deputado Kennedy Nunes.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Sugere que a Alesc aprove moção endereçada ao governo italiano para a reabertura do consulado italiano em Santa Catarina; espera a liberação da LAP relacionada à barragem do rio do Salto.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Cumprimenta o deputado Valmir Comin pelo assunto abordado e parabeniza Itamar Benedet por concorrer a uma vaga no Senado na Itália.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Registra a presença dos alunos da 8ª fase de Direito da Uniplac.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Expressa sua forma de fazer política; apela a todos os parlamentares que moderem seus pronunciamentos.

DEPUTADO EDISON ANDRINO - Elogia o trabalho realizado pela SDR da Grande Florianópolis; discorda sobre a questão da lei autorizativa.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (aparte) - Concorde com o deputado Edison Andrino acerca da lei autorizativa.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO (pela ordem) - Convida para a comemoração dos 86 anos de fundação do PCB.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Lamenta a perseguição ao governador; refere-se à representação que a bancada do PP fez à comissão de Ética.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Salienta que os deputados da base não podem calar porque o tempo de ditadura no Brasil já acabou.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Solicita verificação de quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Critica o deputado José Natal por tentar derrubar o quórum; pronuncia-se acerca da falta de revisão salarial para os servidores públicos estado.

DEPUTADO JOSÉ NATAL (pela ordem) - Informa que agiu conforme o Regimento e enfatiza que é um deputado sempre presente nas sessões plenárias.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Esclarece que o deputado José Natal não fez nada de ilegal solicitando verificação de quórum.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Cumprimenta o presidente da sessão pelo comportamento ético e cumprimento do Regimento Interno.

DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Comenta matéria publicada no *Diário Catarinense* sobre a qualidade no turismo.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS (pela ordem) - Argumenta que a Oposição também solicitou verificação de quórum em sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Pedro Baldissera, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, trago um tema já refletido nesta Casa com relação àquilo que o Tribunal de Justiça está propondo, que tem como iniciativa a criação das Câmaras Regionais.

Eu trouxe esse tema aqui presente porque é essencialmente positivo, importante. Com a interiorização do serviço do Judiciário, automaticamente a nossa população mais carente, de maneira especial, terá uma oportunidade a mais de ter acesso à Justiça.

Então, quero elogiar aqui essa iniciativa do Poder Judiciário do estado de Santa Catarina, no sentido de democratizar cada vez mais o acesso da nossa população à Justiça.

Dentro disso, deputado Décio Góes, v.exa. tem trazido para a Assembléia Legislativa o debate no sentido de não só repercutir, mas a possibilidade de criar a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina. V.Exa. propôs ao Parlamento catarinense audiências públicas para ouvir vários segmentos da sociedade sobre a importância de Santa Catarina ter a Defensoria Pública. Já temos, hoje, a Defensoria Dativa, que faz um trabalho ótimo, excelente, que vem sendo desenvolvido pela OAB.

É necessário debatermos esse tema porque Santa Catarina é o único estado que não tem a Defensoria Pública. Acho que é importante esse avanço em nosso estado, dando à sociedade que mais precisa, a mais carente, o acesso à Justiça. É uma forma de democratizar os poderes instituídos.

Então, daqui para frente, em outras oportunidades, vamos trazer esse tema, discutindo e debatendo a questão pela grande importância que tem para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Deputado Pedro Baldissera, quero parabenizá-lo por trazer esse tema de volta. No ano passado, por conta do pagamento de parte da dívida atrasada com a Defensoria Dativa, foi feita uma audiência pública, quando se constatou, inclusive, que é possível combinar os dois sistemas, a Defensoria Dativa e a Defensoria Pública.

É preciso ter um sistema no estado que controle, inclusive, o serviço da Defensoria Dativa prestado pelos advogados da OAB; é preciso que exista um controle público das ações que acontecem, saber quais são as demandas maiores; é preciso um sistema que acumule dados, que estabeleça políticas para defender as demandas que a sociedade coloca. Enfim, é preciso ter alguém formulando políticas nesse sentido, para, inclusive, mandar para o Parlamento catarinense propostas de lei que eliminem problemas que levam à Justiça. Ou seja, há todo um trabalho a ser feito pelo estado, que não pode ser terceirizado, que não pode ser delegado. Por isso precisamos da Defensoria.

Então, o estado de Santa Catarina, o governador do estado precisa compreender esses dois papéis, que são diferentes, e avançar nesse serviço para a sociedade, principalmente para aqueles que mais precisam.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado deputado Décio Góes.

Concedo um aparte ao deputado Elizeu Mattos.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Pedro Baldissera, esse é um tema que deve ser discutido, deve ser levantado nesta Casa, mesmo eu tendo uma posição inicial em defesa da Defensoria Dativa, porque que ela tem um leque maior e está funcionando bem em Santa Catarina, mesmo sendo o único estado em que não existe Defensoria Pública.

Mas é um tema importante a ser debatido e devem ser atualizadas as nossas informações sobre esse assunto, porque não é uma posição final, é a que tenho hoje, defendendo a Defensoria Dativa.

Esse tema que v.exa. traz a esta Casa é pertinente para o debate, pois é um assunto importante para o estado de Santa Catarina. Por isso eu o cumprimento pelo pronunciamento, pela fala, na manhã de hoje, na Assembléia Legislativa.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos.

Neste sentido da Defensoria Pública, dizia-me nesta semana, o professor de Relações Internacionais, Agripino, da Cesusc, que seria importante que se pudesse fazer a experiência dentro das instituições públicas, como, por exemplo, as prefeituras; que se pudesse iniciar a experiência na ponta, disponibilizando o atendimento gratuito às pessoas que não podem e que não têm acesso à Justiça por falta de condições financeiras e econômicas.

Eu penso que, sem dúvida nenhuma, é uma sugestão extremamente importante, para que possamos, no sentido da interiorização e da democratização do acesso à Justiça, que iniciativas desse tamanho possam ser vivenciadas nas diferentes prefeituras e também no estado como um todo.

Além disso, quero aproveitar os dois minutos que me restam para realçar um trabalho que o Partido dos Trabalhadores vem fazendo nesse momento em que pensa a sua organização, as suas estratégias político-eleitorais, um trabalho de interiorização em nível regional e de microrregiões, reunindo a militância e discutindo o PT.

É um momento extremamente importante que quero aqui realçar, porque nesta semana nós teremos várias reuniões, vários encontros. Na verdade, começaram na noite de ontem, na microrregião de Concórdia. Hoje à noite será em São Lourenço do Oeste; depois nós temos encontros em Chapecó, Pinhalzinho, Maravilha, São Miguel d'Oeste, e Xanxerê; já no domingo à noite será em Joaçaba. São vários encontros e reuniões para ouvir a nossa militância.

Penso que neste momento que a nossa presidente do partido, a ex-deputada Luci Choinacki, que com muita clareza, com muito conhecimento e vivência coordena esse trabalho todo, sem dúvida nenhuma, ouvir os nossos militantes faz com que o partido possa ter uma clareza maior quanto a sua trajetória, sua meta, seu objetivo em relação às eleições de 2008 e as perspectivas das eleições de 2010, em nível estadual e em nível nacional.

Portanto, quero aqui destacar esse momento importante, até diante das grandes políticas públicas que o governo do presidente Lula, do PT, está implementando em todo o nosso país. É um momento de graça que a sociedade brasileira vive, e por isso queremos aprofundar ainda mais esse debate com toda a militância do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. Presidente, deputado Julio Garcia, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Aleisc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, servidoras e servidores públicos do estado, especialmente os companheiros da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, queria mais uma vez falar sobre a Festa do Milho Verde, a ser realizada na cidade de Imbuia, minha terra natal, agora neste fim de semana que inicia amanhã e termina no domingo.

Quero convidar todos que nos estão ouvindo para participar dessa festa tradicional que se realiza a cada dois anos na nossa cidade, sendo esta a 8ª edição. Nesse período, a cidade de Imbuia terá sua população multiplicada talvez por dez, com a visita de muita gente. Na verdade, a festa já começou no final de semana passada, porque só a organização, o envolvimento da cidade com os preparativos já é motivo para reunir um número de pessoas numa proporção bastante significativa para a população de Imbuia.

Então, convido todos os srs. deputados e as sras. deputadas para a 8ª Fêmvê, em Imbuia, cuja abertura será amanhã à noite. No sábado e domingo haverá *shows*, além da gastronomia à base de milho verde.

Tivemos ontem, aqui na capital, mais uma assembleia geral de servidores públicos estaduais, desta vez da Saúde. E a exemplo de outras categorias como a da Educação e a da Segurança Pública, também na Saúde houve descontinuidade, deputado Valmir Comin, no processo de negociação, no processo de debates que estava havendo com o governo Luiz Henrique, no primeiro mandato. Foram firmados com essas três categorias que citei alguns compromissos, foram dados alguns encaminhamentos com o secretário de então e com o próprio governador.

Na área da Segurança já falamos muitas vezes aqui sobre plano de carreira, a Lei n. 254; na área da Educação, por exemplo, a ex-secretária, lamentavelmente recentemente falecida, havia assumido o compromisso de enviar para esta Casa, em 2006, o projeto Gestão Democrática das Escolas; depois não houve continuidade, o compromisso não foi reiterado no segundo governo. A compreensão dos servidores públicos é que outra tonalidade, outro governo assumiu no dia 1º de janeiro do ano passado.

A implementação do plano de cargos e vencimentos, que prevê, inclusive, a criação da data-base para os servidores da Saúde, não foi complementada. Essas reivindicações não são muito dispendiosas para o governo do estado; algumas que têm dispêndio zero ou praticamente zero também não estão sendo encaminhadas.

Neste ano ainda não houve nenhuma negociação das reiteradas solicitações de audiências com a secretaria da Saúde. Felizmente, talvez pela realização da assembleia ontem, foi marcada para segunda-feira, dia 31, uma audiência, para recuperar o diálogo daquele compromisso assumido anteriormente, que já vem de 2006 e 2007 e que, na verdade, não se concretizou.

Nós temos elogiado, desta tribuna, todas as iniciativas do governo, de todos os governos, de contratação de servidores públicos, porque entendemos que fortalecer o serviço público e fortalecer o estado é fortalecer as condições da sociedade e dar retorno à população, especialmente à população mais carente, que não tem condições de pagar segurança privada, escola particular ou convênio de saúde privado.

Tivemos agora a abertura de um concurso, que está em processo de seleção. Na Polícia Militar são 700 vagas para soldado; na Polícia Civil, 900 vagas; para o Corpo de Bombeiros, infelizmente, são apenas 100 vagas. A expectativa deles era, no mínimo, duas a três vezes isso, uma vez que a carência lá é, proporcionalmente, muito maior. O comando do Corpo de Bombeiros não torna isso público, porque institucionalmente talvez não lhe convenha, mas existe esse sentimento, tanto das autoridades do Corpo de Bombeiros, quanto da base, dos praças, porque são eles que estão lá na ponta dando resposta. Às vezes há um bombeiro militar só numa cidade dando conta do serviço de segurança da população, Defesa Civil etc.

Então, há necessidade que haja mais vagas no concurso do Corpo de Bombeiros. Essa é a grande demanda daquela corporação hoje, não só do comando, dos oficiais, mas, inclusive, dos praças, repito, daqueles que estão lá na ponta, na linha de frente, que têm e querem prestar um serviço de qualidade para população, mas muitas vezes, por falta de pessoal e de condições materiais, não conseguem fazê-lo e aí se sentem desmotivados.

Mas eu tenho em mãos a ação civil pública para o cumprimento de obrigação de fazer, assinada pelo promotor de Justiça, dr. Alexandre Herculano Abreu, que fala da situação na qual se encontra a saúde pública em Florianópolis por falta de médicos, de enfermeiros, de técnicos em enfermagem, de auxiliares de enfermagem etc. Existem leitos desativados por falta de funcionários. No Hospital Vilson Kleinübing, do Cepon, há dez leitos desativados por falta de funcionários; no Hospital Celso Ramos há 31 leitos desativados por falta de funcionários, embora se diga que é por causa da reforma; no Hospital Florianópolis há oito leitos desativados. Já tivemos emergências fechadas no Hospital Florianópolis por falta de médicos e servidores em geral. A emergência do Hospital Regional de São José está funcionando precariamente numa ala ao lado.

Diante dessa situação, os servidores que estão lá, os médicos, os atendentes, os auxiliares de enfermagem, os enfermeiros, acabam sendo responsabilizados pela população. As pessoas chegam para ser atendidas e encontram uma fila gigantesca; as emergências parecem uma área de exclusão, de guerra: todo mundo que está doente, quebrado, machucado chega e vai sendo jogado ali. Há poucos servidores, faltando, muitas vezes, até médicos para atender toda aquela população.

A população tem direito, requer, mas, infelizmente, acaba sobrando a crítica, muitas vezes com agressão moral e até física, contra os servidores porque os doentes têm que esperar cinco horas numa emergência para ser atendidos. Essa é a realidade da saúde pública na Grande Florianópolis.

Por isso, então, o dr. Alexandre Herculano Abreu está pedindo à Justiça que chame o governo do estado, através da secretaria da Saúde, para contratar mais servidores. Pela avaliação das entidades médicas, seriam necessários mais 255 médicos e 448 outros servidores da área de enfermagem em geral para atender a estrutura física atualmente instalada. Não é para ampliar, é para atender a estrutura física instalada. E nessa ação civil do dr. Alexandre Herculano Abreu fica clara uma questão de que falávamos no começo do ano passado nesta Casa. Quando da demissão de 661 servidores contratados, dizíamos que iria faltar gente, porque o concurso público estava em andamento, mas mesmo assim não atendia toda a demanda. Agora, então, o Ministério Público concorda que o que nós, o sindicato e os servidores, dizíamos há um ano era verdade.

Outras situações - e entendemos que essa situação toda tem uma perspectiva de justificar a terceirização, de justificar a privatização e de justificar os contratos de gestões com entidades privadas: terceirização do laboratório do Hospital Florianópolis, pois agora tudo para fazer vai para o Hospital Regional de São José; terceirização da lavanderia, pois toda a roupa da Grande Florianópolis é lavada lá em Picadas do Sul, deputado José Natal. E as roupas do hospital de Lages vêm para ser lavadas em São José, assim como as de Joinville são lavadas na cidade de Brusque.

Então, essas são situações que não podem continuar e é preciso que o estado atenda...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Esta Presidência comunica o recebimento de expediente subscrito pelo governador do estado comunicando a viagem do vice-governador, na forma preceituada nos arts. 40 e 70 da Constituição estadual. A viagem será para os Estados Unidos da América do Norte, em caráter particular, do dia 28 de março a 1º de abril.

A próxima oradora inscrita é a deputada Odete de Jesus, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, deputado Julio Garcia, e demais integrantes da mesa; sra. deputada Ada De Luca, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita e televisada, fiquei muito contente porque sempre que os srs. deputados e as sras. deputadas abordam um assunto nesta Casa Legislativa encontram eco, graças a Deus.

Esta deputada, na terça-feira, falou sobre um problema que está tirando a paz dos brasileiros e que está deixando as famílias, as mães, a população muito preocupada. Esta deputada abordou o assunto sobre a dengue, uma doença que está aí atormentando as famílias. E naquele dia salientou que ano passado, no dia 26 de novembro de 2007, realizamos aqui uma audiência pública, através da comissão de Saúde da qual sou integrante e que é presidida pelo brilhante deputado Genésio Goulart, que tem feito um excelente trabalho à frente dessa comissão, audiência essa que contou com a presença de vários órgãos. Nós, inclusive, temos aqui, deputado José Natal, a ata contendo os pronunciamentos de várias entidades, inclusive do sr. Sebastião Nunes, que salientou que em Florianópolis existe uma cartilha explicativa que está sendo entregue em todas as residências.

Eu quero o modelo dessa cartilha, porque na minha casa ela ainda não chegou! Eu acionei a minha assessoria, que já está indo lá buscar o modelo da cartilha! Porque nós temos um problema gravíssimo aí para o qual temos que trazer soluções!

Inclusive, naquela audiência tivemos a presença de várias entidades, assim como do Ministério Público, que salientou que já estão muito bem organizados nos municípios.

Mas, sr. presidente, deputado Valmir Comin, nós estamos querendo o comprometimento de toda a população e não só governo do estado, dos prefeitos, dos deputados e dos vereadores. Nós queremos o comprometimento de toda a massa populacional do estado de Santa Catarina.

Eu protocolei novamente, na comissão, um pedido para a realização de uma nova audiência pública, através da comissão da Saúde, porque dengue é um caso de saúde pública! E peço a atenção do presidente da comissão, deputado Genésio Goulart, porque essa audiência pública é emergencial! Nós precisamos, imediatamente, realizá-la para que possamos ter dados mais precisos. Hoje, o assunto já foi abordado no *Bom Dia Santa Catarina*.

Eu protocolei um ofício, que foi lido no expediente de terça-feira, solicitando ao excelentíssimo sr. governador do estado de Santa Catarina, dr. Luiz Henrique da Silveira; ao secretário de estado da Saúde, sr. Luiz Eduardo Cherem; e aos prefeitos municipais do estado que sejam viabilizadas medidas na elaboração de programas permanentes de combate à erradicação do mosquito *aedes aegypti*. E está aqui! Olhem que maravilha! Graças a Deus, nós já temos uma resposta! Hoje, no *Bom dia Santa Catarina*, os órgãos governamentais, que não estão surdos e estão atentos, graças a Deus, já foi um assunto bastante ventilado.

A manchete na capa do *Diário catarinense* de hoje diz: "SC montará postos para barrar a dengue". Que bom, que maravilha! Aqui existe uma cartilha explicativa com alguns dados dos municípios, que eu achei muito interessante. Nós temos aqui uma cartilha explicativa contendo perguntas e respostas sobre a doença: o que é a dengue, como o mosquito se infecta, que existe vacina, como é feito o tratamento, quais são os estados onde há maior risco de se pegar dengue, a pessoa que pegar dengue pode morrer?

Então, o jornal traz uma cartilha muito importante para a nossa população. O *Diário Catarinense* é um jornal que tem circulação em todos os cantos do nosso estado e é muito importante.

Esse ofício que protocolamos, deputados José Natal e Manoel Mota, é para que haja barreiras de contenção de entrada do mosquito da dengue em Santa Catarina, porque elas precisam ser mais rigorosas.

Estou encaminhando também um pedido para a Infraero, que será lido na Ordem do Dia, questionando a forma como é feita a fiscalização da Anvisa a cada chegada de aeronaves nos aeroportos de Santa Catarina, questionando se elas são lavadas e desinfetadas, como é feito lá na região centro oeste do Brasil! Eu já protocolei o meu ofício.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. nos concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Quero ouvi-lo porque sei que v.exa. é um deputado atuante, comprometido e eu muito me alegro que contribua com o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado José Natal - Com certeza v.exa., deputada Odete de Jesus, foi uma das primeiras a levantar nessa tribuna o assunto da dengue no país, que é um problema sério realmente de saúde pública. Nós temos que fazer alguma coisa, ou ajudar, como v.exa. está fazendo da tribuna, para que a população e as autoridades se conscientizem de que não podemos deixar Santa Catarina passar pela situação que estão passando o Rio de Janeiro e outros estados. O custo depois é bem mais alto, realmente, e a vida humana não tem preço.

Eu só quero dizer a v.exa. que, numa sessão solene no Senado, antontem, quando foi homenageada a Universidade de Medicina do Piauí, alguns médicos daquele estado disseram que, depois de tantos surtos, lá começou um de tuberculose. Veja v.exa. como está a questão da saúde pública neste país. Eu tenho certeza absoluta de que podemos ajudar, mas é uma pena que a sociedade como um todo não tenha acesso ao DC que v.exa. tem nas mãos, que traz um esclarecimento perfeito.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Era o que tínhamos a dizer.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sílvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, após ouvir os pronunciamentos dos deputados Sargento Amauri Soares e Pedro Baldissera, quero dizer que continuo aqui com o relatório do Tribunal de Contas, até porque no dia de hoje, ouvindo as manifestações dos nobres deputados, entendo melhor por que existem tantos problemas de compromissos assumidos pelo governo, que não os consegue honrar.

O deputado Sargento Amauri Soares tem-se pronunciado nesta Casa sobre a falta de o governo honrar o pagamento com os colaboradores da Segurança, em especial a Polícia Militar, não cumprindo a Lei n. 254; os professores também não recebem o que é devido pelo atual governo.

(Palmas das galerias)

Foi em 2003 que o governo concedeu a última reposição uniforme aos funcionários: 1%. Isso está lá na lei, o mais é a política do abono, que sempre fomos contra e continuamos sendo, porque é uma política suicida perante o plano de carreira dos colaboradores públicos.

Mas, como disse, agora estou entendendo melhor - até porque no relatório do Tribunal de Contas está com clareza o que aconteceu em 2006 - o seguinte: por que não há dinheiro para pagar o aumento ou repor, pelo menos, a inflação, ou não aplicar a política de carreira aos servidores; por que essa grande dificuldade de recursos na área física da educação; por que há essa falta de dinheiro na Segurança, no sistema prisional de Santa Catarina.

Vimos, ontem, a comissão de deputados que veio a Santa Catarina - e não foi este deputado que foi *in loco*, mas, sim, essa comissão - dizer que o nosso é um dos piores do Brasil, inclusive o feminino, que é o mais crítico. Ao mesmo tempo, segundo o relatório, se a Saúde não tinha dinheiro suficiente, nem a Educação, é porque, entre outros fatores, o governo inclui inativos nos gastos com Saúde e Educação. Obviamente que não se cumpriu a Constituição, e aqui está muito claro numa leitura que fizemos, ainda que breve.

Nós temos, nesse relatório, uma situação que esclarece. Na medida em que foram utilizados recursos da Educação para o pagamento dos inativos, obviamente que não se cumpriu a lei; na medida em que se utilizaram recursos para pagar os inativos da Saúde, obviamente que não se cumpriu a legislação.

E é por conta disso que nós, mais uma vez, estamos levando essa situação ao conhecimento da população catarinense, através do relatório do Tribunal de Contas, com muita clareza, dizendo a todos os catarinenses que aqui está a mais ampla das regras encontradas no art. 212 da Constituição Federal. Diz o texto que os governadores devem destinar 25% das receitas de impostos e transferências para investimentos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. Isso significa dizer que o governo catarinense deveria investir R\$ 1,47 bilhão em 2006 na área da educação. Em vez disso, o desembolso foi de R\$ 1,63 bilhão - uma diferença de R\$ 156,92 milhões a maior. Ai vem a explicação:

(Passa a ler.)

"Além das aplicações em ações previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), foram considerados gastos com a educação recursos destinados ao pagamento de inativos e pensionistas - um total de R\$ 434,94 milhões que saíram dos cofres do Ipsc. Ocorre, porém, que a lei não prevê que as despesas com inativos sejam levadas em conta na definição de recursos aplicados para cumprimento das normas constitucionais sobre gastos com educação. Por isso, o parecer prévio aprovado pelo Pleno e enviado à Assembléia Legislativa pelo TCE recomenda a criação e apresentação, pelo governo, de um 'plano de exclusão das despesas com pagamento de inativos da base de cálculo do valor aplicado em manutenção e desenvolvimento do ensino, do ensino fundamental, e na aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde'."

Sr. presidente e srs. deputados, todos os dias recebemos apelo da população catarinense, clamando por uma segurança melhor, por uma educação e uma saúde de qualidade. E não é somente a estrutura física que pode resolver o problema. Além da estrutura física, é necessário que o serviço público seja de qualidade. E como fazer um serviço público de qualidade, se os recursos são insuficientes? Porque sequer, sr. presidente, cumpre-se a Constituição Federal, no que diz respeito ao percentual destinado à Educação e à Saúde, sem comentar outras áreas. E não é este deputado que está dizendo, está aqui para o conhecimento de todos os catarinenses e volto a repetir: este relatório é de 2006.

Sr. presidente e srs. deputados, quem foi prefeito, deputado Flavio Ragagnin, sabe muito bem que se não cumprirmos a Constituição - deputados Pedro Uczai, Décio Góes, Moacir Sopelsa, Manoel Mota e Professor Grando, v.exas. já foram prefeitos - as penalidades serão graves. E se isso vale para os prefeitos, tem que valer também para o governador.

Espero que o governo possa, a partir de 2007, apresentar um relatório que, no mínimo, cumpra a Constituição Federal e a Constituição de Santa Catarina e que o dinheiro seja investido nas prioridades dos catarinenses.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo deputados do DEM que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Antes, porém, gostaria de registrar, com satisfação, a presença da Associação Catarinense dos Professores, representada aqui pela sua presidente, a professora Jéssi, pela vice-presidente, a professora Maria de Andrade, e por toda a comissão, numa vigília permanente pelos seus direitos.

Sejam bem-vindas a esta Casa!

Com a palavra o deputado Manoel Mota, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, pessoas da sociedade que prestigiam, na manhã de hoje, o Parlamento catarinense, representantes da Associação Catarinense dos Professores, sejam bem-vindas ao nosso meio.

Eu acho que há uma dívida, sim, com os professores aposentados. O governo do estado criou uma comissão, isso já faz uma semana, para dentro de 30 dias poder ter uma resposta e atender essa categoria que é fundamental para Santa Catarina, não podemos esquecer.

Eu quero dizer que sou esposo de uma professora aposentada. Então, sei a importância dessa categoria. Por isso, essa comissão vai trabalhar para buscar o resultado para o problema dos professores aposentados de Santa Catarina.

Eu queria aqui...

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Eu havia pedido ao deputado Herneus de Nadal, líder do governo, que desse uma atenção especial às categorias de inativos e ativos. Eu já me havia manifestado da tribuna e o deputado líder do governo prontamente conversou com sua excelência, o governador do estado, e deu-me a informação de que colocaria todos os assessores da sua administração para trabalhar em prol dos aposentados, tratando-os com carinho.

O que v.exa. está falando é verdade, eu confirmo! E estarei atenta e cobrando do líder do governo, porque os aposentados já plantaram bastante e também têm que acompanhar os avanços. O governo Lula já deu o piso para os professores ativos e inativos e, provavelmente, em breve, terá que fazer um novo plano de carreira para adaptar esses salários para todos.

Então, quero contribuir com o pronunciamento de v.exa. e agradecer o presente que me mandou, através da sua assessoria, aquela rosca deliciosa.

Muito obrigada!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de dizer ao eminente deputado Silvio Dreveck, líder da bancada do PP, que já foi prefeito e por quem tenho muito respeito e admiração, que está no Parlamento pela primeira vez, ao passo que nós já temos alguns mandatos, deputado Moacir Sopelsa, o seguinte:

(Passa a ler.)

"Professores estaduais suspendem a greve[...]"

V.Exas. sabem de quando é essa manchete? De 2000. Sabem quem estava no governo? O sr. Esperidião Amin!

Então, gostaria que v.exas. acompanhassem a leitura, os dados, do jornal *A Notícia*, de 8 de junho de 2000.

(Continua lendo.)

"Numa assembléia estadual tensa, de mais de três horas, reunindo aproximadamente mil pessoas em Chapecó, o magistério decidiu ontem suspender a greve e retomar as aulas a partir de segunda-feira, apesar de não ter obtido nenhum benefício imediato do governo ou garantia de reajuste às principais reivindicações, depois de 60 dias de greve.

A categoria, porém, vai continuar em estado de greve, realizando manifestações e reuniões com pais e alunos com o objetivo de expor a defasagem salarial dos professores.

Pesou na decisão o desconto do salário de grevistas no mês passado e a possibilidade de novo corte em junho caso a mobilização continuasse. 'Não é possível reconstruir uma greve sem salários, quando o professor está passando fome, e com o terrorismo que vinha sendo praticado desde o início da semana', completa Marta Vanelli, presidente do Sinte." [sic]

Isso foi em 2000! Os professores ficaram 60 dias em greve, não obtiveram nenhum centavo das suas reivindicações e ainda tiveram descontados os dias parados. E eu me recordei de que quando a matéria veio para a Assembléia Legislativa, para aprovar o desconto, voava moeda, dinheiro, lá de cima! Era a galeria condenando, à época, os deputados do governo, pois não respeitavam os professores.

Então, é muito fácil hoje, sendo Oposição, vir à tribuna fazer discursos e mostrar o outro lado! Porém, quando estavam no governo, nada disso foi feito, ou seja, os professores foram tratados a pão e água e ainda tiveram descontados os dias parados. Enfim, um desrespeito total.

Quero, rapidamente, porque o tempo será dividido com o eminente deputado Moacir Sopelsa, ler ainda:

(Passa a ler.)

"Em janeiro de 2003, receberam R\$ 769,68, no final, por 40 horas. Em março de 2008, o mesmo professor passou a receber R\$ 1.369,00, ou seja, 94% de aumento. Em agosto de 2008, receberão R\$ 1.469,00. O governo tem procurado valorizar o professor, principalmente aquele que ganha menos."

Então, é muito fácil vir aqui fazer um pronunciamento. E eu posso até aceitar isso de quem não foi governo ou, se foi governo, contribuiu para que houvesse a valorização não só do professor, mas de todos os servidores públicos. Mas quem não contribuiu, fica difícil vir aqui agora, como Oposição, querer dar uma de puritano, quando na época em que foi governo deixou a desejar, não respeitou os professores, a ponto de jogarem moedas no dia em que aprovaram o desconto dos dias em que os professores de Santa Catarina estiveram parados.

Então, quero resgatar a verdade, ou seja, o trabalho que vem implantando o governo Luiz Henrique da Silveira. Quer dizer, se não é tudo o que se pede, é aquilo que se pode, pois existe a Lei de Responsabilidade Fiscal, que tem que ser cumprida religiosamente. Mas, dentro do possível, o governo tem atendido religiosamente todos os setores. Faltam os professores aposentados, porém vamos buscar resultados, porque é um compromisso de governo, é um compromisso nosso.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Manoel Mota, sei que seu tempo será dividido com o deputado Moacir Sopelsa, mas quero contribuir com os representantes do sindicato dos professores, que certamente passaram no seu gabinete, mas passaram no meu também, colocando que estariam passando em todos os gabinetes para pedir o voto favorável dos srs. deputados para a proposta deles de repartir aqueles R\$ 6 milhões, que representam o custo para o estado de todos os professores, o que daria uma diminuição de 4%.

Eu disse que teríamos que compor a proposta e que eles teriam que ter uma proposta mediana, uma proposta que agradasse um pouco o professor ou bastante os professores, mas que também atendesse as angústias que o governo tem em manter a Educação funcionando bem.

Eu acredito que o diálogo não está fechado. Está aí e já foi votada nas comissões de Educação e de Finanças da Câmara Federal a proposta de um piso salarial de R\$ 950,00. O governo do estado naturalmente vai atender isso no tempo que vier para ser. O governo não é contra e nem nós somos contra os professores, pelo contrário, nós queremos que a Educação funcione bem.

Foi bom que tivessem voltado ao trabalho em paz. E agora, certamente, haverá outro canal de conversação para chegarmos a um consenso.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer e dizer que no final deste governo, não só o servidor público, mas toda a sociedade se orgulhará do governador Luiz Henrique.

Agora, cedo o restante do tempo do PMDB ao eminente deputado Moacir Sopelsa.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário do PMDB, concedo a palavra ao sr. deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Manoel Mota. Ao invés dele fazer meio a meio, ele fez dois por um. Mas nós respeitamos o deputado Manoel Mota, nosso líder de bancada.

Quero cumprimentar todos os srs. deputados, especialmente a associação dos professores ACTs. É uma alegria tê-los aqui, mas gostaria que estivessem por outro motivo.

Mas falava há pouco com o deputado Joares Ponticelli que penso que o nosso país só terá dignidade e justiça quando tivermos ensino com respeito e quando tivermos ensino gratuito em todos os níveis, pois sei como a situação é difícil para os pais também, que querem educar bem seus filhos. Esse é o meu entendimento acerca da educação. Da mesma forma, acho que só vamos ter justiça no dia em que todos tiverem oportunidade de ter alimento na mesa e assistência à saúde em todas as especialidades. Temos que trabalhar para isso e aí, sim, termos um país justo.

Tive a oportunidade aqui, com o respeito que sempre tive por todos os governos, pois já tenho um pouquinho mais que meio século de vida, de ver muitos governos passarem. Mudam aqui os discursos e as pessoas que se vêm pronunciar: num dia defendem e no outro dia acusam. Mas lá nas galerias as pessoas não mudam, são as mesmas que há anos e anos buscam melhorias para a sua qualidade de vida. Acho que crescemos e alcançamos alguns objetivos, mas ainda falta muito. É preciso ter esse reconhecimento.

Sr. presidente e srs. deputados, hoje, aqui, gostaria de tratar de um assunto que preocupa toda a sociedade catarinense e o nosso país. Ontem, na comissão de Agricultura, deputado Flavio Ragagnin, da cidade de Seara, nosso município vizinho, tivemos uma audiência pública para tratar da identificação do rebanho bovino em Santa Catarina.

Foi uma proposição do deputado Reno Caramori, que teve a infelicidade de, no momento da sessão, sentir-se mal e não poder participar.

Foram muitos os esclarecimentos que vieram por parte do secretário da Agricultura, nosso colega, deputado Antônio Ceron, e por parte da equipe da Cidasc sobre a importância de identificar esses animais. Às vezes nós podemos pensar que é apenas para exportar a carne bovina de Santa Catarina. Não é, pois Santa Catarina é um estado que não é auto-suficiente na produção de carne; é um estado que importa carne para o seu consumo. Contudo, esse trabalho que está sendo feito, tenho sempre dito isso, vem de 30 anos e está sendo seguido por todos os governos dos últimos 30 anos. Esse trabalho vai dar oportunidade de conhecermos melhor também a qualidade da carne que nós consumimos no estado.

Hoje, pela manhã, a imprensa me perguntava se a identificação desses animais não era apenas para poder exportar. Não, é também para quando o consumidor for ao supermercado poder ver no código de barras daquele produto que está lá de onde veio, que qualidade tem e como foi produzido.

Esse é um sistema que a Europa implantou e nós estamos implantando em Santa Catarina. É claro que se tivermos a oportunidade, agora em junho, de embarcar os primeiros 5 mil bezerros vivos para a Itália, vamos abrir as portas do mercado do mundo. Não será apenas para a carne bovina de Santa Catarina, mas, principalmente, para a carne de aves e suínos, das quais somos grandes produtores e precisamos exportar.

Por isso, quero deixar registrado aqui que poderemos, e tenho certeza de que a Assembléia Legislativa o fará, através da nossa TVAL e da nossa Rádio Alesc Digital, levar as informações e os esclarecimentos para toda a população de Santa Catarina poder saber realmente o que se está fazendo com o rastreamento, com a identificação de todo o nosso rebanho bovino.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Antes, porém, de conceder a palavra ao deputado criciumense Décio Góes, se s.exa. me permitir, gostaria de saudar e agradecer a presença do vice-prefeito de Joinville, sr. Rodrigo Bornholdt, e de seus dois assessores, Alexandre Lang e Ivone de Paula. É um prazer, uma satisfação tê-los conosco no Parlamento de Santa Catarina.

Com a palavra o deputado Décio Góes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Odete de Jesus, Associação Catarinense dos Professores, lideranças de Criciúma, a quem eu saúdo na pessoa do sr. Vilmar Stang, e demais pessoas que nos estão visitando esta manhã, eu gostaria de saudar, em primeiro lugar, as professoras aqui representadas por essa associação, apresentar a solidariedade do Partido dos Trabalhadores pela luta que vocês estão empreendendo e elogiar a estratégia de estarem visitando os gabinetes dos deputados, marcando presença.

É importante colocar a questão do magistério, dos professores, na pauta da sociedade catarinense; é importante que não nos deixemos levar por esse debate do governo que quer culpar a administração anterior e essa, por sua vez, quer culpar o governo atual. Enquanto fica esse debate, não se evolui na questão.

O caso é que, infelizmente, enquanto os servidores da Saúde, da Educação e da Segurança recebem um tipo de tratamento, as grandes empresas neste estado recebem outro tratamento, pois recebem por ano, em benefícios fiscais, 1/3 da arrecadação do governo. Por isso não há dinheiro para fazer justiça salarial neste estado.

(Palmas das galerias)

Então, é preciso repensar a política tributária do estado, cobrar de quem tem e terminar com essa guerra fiscal que está inviabilizando o estado de Santa Catarina. Estamos perdendo uma grande oportunidade, neste momento em que o Brasil está crescendo, de acertar as contas, de criar um estado realmente eficiente.

Mas eu queria dizer também que no decorrer desta semana falou-se muito, e ainda repercute, sobre a visita do presidente Lula a Florianópolis, para comemorar o aniversário da cidade e para lançar o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - nas áreas de risco social, nas favelas, nas áreas que precisam da atenção do estado e que até hoje estavam excluídas do processo de desenvolvimento.

Então, o presidente da República, simbolicamente, lançou o programa de reurbanização, através da prestação de serviços do estado, do Maciço do Morro da Cruz, dando condições àquelas áreas de serem incluídas no processo de desenvolvimento e de suas populações terem melhor qualidade de vida e expectativa de um futuro melhor.

É bom que se diga que Santa Catarina tem sido um dos estados mais privilegiados na distribuição de recursos do governo federal.

Eu estava vindo de Criciúma, na terça-feira pela manhã, deputado Valmir Comin, e lendo os jornais de cada cidade pude constatar que no vale do Araranguá houve uma discussão sobre a barragem do rio do Salto, que recebeu recursos do governo federal. Em Criciúma, em Araranguá e em Içara foram recursos para o saneamento básico, que é extremamente necessário e importante. Em Laguna, foram destinados recursos para o trapiche, sendo 21 trapiches para o incentivo da pesca artesanal. Em Imbituba, o vice-governador, inclusive, foi lá lançar a construção de casas populares. Concluímos, então, no final, que os recursos são federais.

Então, é interessante a presença do governo federal em todos os municípios. Nunca o governo participou tanto com recursos em cada uma dessas cidades, sem contar a nossa tão sonhada duplicação da BR-101 que, graças a Deus, está indo, está sendo tocada, apesar de os céticos ainda duvidarem.

Sr. presidente, no dia 16 de abril teremos toda uma programação para receber a ministra Marta Suplicy, que vem conhecer o potencial turístico da nossa região sul, desde o mar até a serra; vem conhecer toda essa rota e vai perceber que o sul possui um potencial muito grande para o turismo, mas que precisa de infra-estrutura para se desenvolver.

Entretanto, passou despercebido, quando da presença do presidente Lula em Florianópolis, ou a imprensa não deu muita importância, o lançamento do programa de telecentros, que representa a inclusão digital das camadas menos favorecidas, um grande programa que o governo federal está fazendo e que está aberto a todos os municípios brasileiros, os quais estão convidados a incluírem-se e receber um telecentro.

Busquei alguns dados que considero extremamente importantes, porque com a inclusão digital passamos a ter outra relação com a mídia. Não é mais aquela de só receber informação, mas também de fazer a interação, poder dialogar, dar resposta. Com isso, além da informação popularizada, da cultura popularizada, do acesso à Internet, podemos evoluir até o processo democrático de criar consultas populares nos municípios, por exemplo, através da tecnologia. Dessa maneira, crie-se um campo enorme para a evolução da sociedade e para a inclusão social e digital.

Os programas do governo federal, como Computador para Todos, Telecentros e Pontos de Cultura, têm avançado tanto que me chamou a atenção que em 2007, por exemplo, pela primeira vez a venda de computadores no Brasil ultrapassou o total de aparelhos de televisão comercializados, ou seja, mais de 10,5 milhões de unidades.

E quem é que está acessando a Internet? Segundo dados da associação especializada, 37% dos internautas, no ano passado, eram da classe C; 50% eram das classes A e B e 13% eram das classes D e E. Em 2008, a expectativa é de que a classe C alcance 40%. Quer dizer, toda uma classe que não tinha acesso a jornais, a revistas e a outros meios de informação agora passa a ter acesso à Internet. Com isso muda-se o perfil daqueles formadores de opinião, daqueles detentores de opinião para o perfil de líderes de opinião. Populariza-se dessa forma a informação e com isso se democratiza mais a sociedade.

Em Santa Catarina, todas as cidades foram cadastradas no programa dos telecentros. O nosso gabinete ajudou a estimular isso na região sul; contactamos com os prefeitos para que fosse destinado um lugar seguro - na biblioteca pública ou no centro cultural -, um lugar que pudesse ter um monitor para dar cursos de informática; um lugar que pudesse abrigar esses kits de telecentro, que são compostos de um servidor de informática, dez computadores, um projetor multimídia, uma impressora, uma câmera de segurança, um estabilizador, além de móveis e tudo o que é preciso para acessar a Internet, gratuitamente, 24 horas por dia.

Com tudo isso estão sendo instalados esses telecentros em Santa Catarina; a maioria das cidades já se cadastrou e quem não se cadastrou ainda pode cadastrar-se para ter um telecentro público e gratuito.

Então, parabéns ao governo Lula por mais essa política de inclusão social e digital.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o nosso deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente que está presidindo esta sessão de hoje, deputado Valmir Comin, sra. deputada Odete de Jesus, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, catarinenses que fazem a resistência e que nos ajudam na resistência a um governo ditatorial, mandão e antidemocrático, é preciso que vocês continuem nessa vigilância porque nós não temos votos, infelizmente, suficientes para barrar o ódio, a desatenção, o desmonte da educação e da estrutura administrativa de Santa Catarina, para atender uma estrutura puramente eleitoral e politiqueria chamada de secretarias de Desenvolvimento Regional, que nada mais são do que comitês políticos eleitorais do PMDB e de seus aliados.

É preciso que vocês estejam aqui conosco, porque o discurso do líder do PMDB vocês ouviram agora há pouco, é o que ele faz sempre: essa mistura de alhos com bugalhos.

O deputado Sílvio Dreveck, nosso líder, levantou um assunto e ele fugiu para outro; eles misturam. Eu tenho dito sempre que ele é o campeão em usar o princípio do Garfield, que é o seguinte: quando você não puder convencê-los, confunda-os. E eles estão aqui em dois ou três escalados pelo governo exatamente para confundir, para desqualificar. A grande maioria da bancada do governo tem tido um comportamento louvável nesta Casa, mas há dois ou três deputados que foram especialmente escalados para nos desqualificar, para atacar, para baixar o nível do debate, para levar para o campo pessoal.

Há um deputado aqui que de cada dez palavras, 11 são para citar o nome de um deputado da Oposição. Eu acho que ele sonha e à noite fica só pensando nisso. Ele também não tem conteúdo, não tem o que defender, não tem coisa boa para trazer e vem desqualificar-nos baixando o nível do debate, mentindo, como ontem, fazendo afirmações que teriam sido feitas por deputados da Situação que não foram feitas. É na gritaria, é na ameaça, é na chantagem, quando vê o seu governo desmoronar.

Tanto que nós falamos ontem que essa preocupação deve ser porque o governador está com a lâmina no pescoço, no TSE, e ele veio para a tribuna dizer que nós falamos que o governador estava lambendo o pescoço do TSE. Então, esse é o jogo sórdido, baixo, desqualificado de quem não tem conteúdo, de quem faz a defesa pela defesa porque tem que fazer, senão perde a liderança, perde a suplência, é mandado embora.

Deputado Flavio Ragagnin, v.exa. está aqui sem nenhum condicionamento, mas há alguns que vêm condicionados e se não desqualificarem a Oposição todos os dias são mandados embora, pois têm que prestar contas diariamente. E tem que partir para o ataque pessoal! Não são todos, deputado Serafim Venzon, e eu respeito muito v.exa. porque não entrou nesse jogo, mas há um colega seu de bancada que está aqui só para fazer a desqualificação. Isso é lamentável!

Enquanto isso, vocês, servidores públicos, estão aqui marchando, amargando, tentando buscar sensibilidade de um governo que durante seis anos, deputada Odete de Jesus, deu para o servidor aposentado 1% de aumento. E aí o líder do PMDB vem aqui dizer que lá no ano de 2000...

Em 2000 estávamos pagando a conta do ex-governador Paulo Afonso Vieira, que roubou três meses de salário do servidor público de Santa Catarina. Quem se esqueceu disso? Quem vai esquecer que o PMDB, de Paulo Afonso, ou o Paulo Afonso, do PMDB, roubou três meses de salário, da dignidade do servidor? E levamos dois anos para por em dia, porque eles roubaram! Isso é roubar, deputado Flavio Ragagnin! Tirar o salário de quem trabalha é roubo! É o mais desqualificado dos roubos feitos pelo PMDB! E esse deputado líder estava aqui brigando no *impeachment* do Paulo Afonso, ameaçando! É assim que eles se comportam.

Quando cassaram o Décio Góes, em Criciúma, foi aplaudido e comemorado. Agora no TSE é tapetão. Quando quiseram cassar o prefeito Beto, de Imbituba, podia o TRE rejeitar o pedido na semana passada). Mas quem é que estava pedindo? O prefeito, apoiado pelo líder do PMDB. Perdeu no TRE e aí não era tapetão! Isso é que é interessante.

Deputado Sílvio Dreveck, pegue a coluna do Adelar Lessa de hoje para ver o que ele está falando das prévias do PMDB, em Criciúma: é irmão roubando irmão: é o PMDB dizendo que está sendo roubado nas prévias pelo próprio PMDB. E o deputado Clésio Salvaro, que está no sul do estado, disse-me que a piada corrente, deputado Valmir Comin, em Criciúma, hoje, é a seguinte: o PMDB, não tendo mais de quem roubar, está roubando do próprio PMDB nas prévias de Criciúma. Ouviu, deputado Décio Góes? É o que está saindo agora: que o PMDB, não tendo mais de quem roubar em Criciúma, está roubando do próprio PMDB. Roubando até as prévias. É um negócio extraordinário. Eu nunca vi isso, deputado Flavio Ragagnin.

Cassaram o Antonelli, não o deixaram ser candidato à reeleição, ou seja, o Eduardo Moreira, que cassou o Décio Góes, quer cassar também o seu companheiro, o Antonelli. E agora estão roubando nas prévias. É o que a imprensa está dizendo.

Deputado Pedro Uczai, só a Lúcia Hippólito, no seu comentário na CBN, ontem, para definir o que é o PMDB. Eu vou trazer para a transcrição aqui na terça-feira o que a Lúcia Hippólito, que para mim é uma das melhores jornalistas do Brasil, definiu sobre o PMDB, que o seu líder defende tão confusamente nesta Casa. Não tendo como defender, não tendo como justificar, desqualifica o debate partindo para o ataque pessoal. Enquanto isso, os servidores da Segurança Pública estão há cinco anos esperando o cumprimento da Lei Complementar n. 254. Cinco anos de enganação, cinco anos de cheque virtual, cinco anos de aumento virtual para o servidor da Segurança Pública!

Os professores aposentados e todos os servidores aposentados estão há seis anos só com 1% de aumento! A política de abonos desmontando as carreiras do serviço público do estado e agora a falta de criatividade no reinventar o Pó-de-Giz 30 anos depois de Jorge Bornhausen ter feito.

É o verdadeiro desmonte, deputado Sílvio Dreveck, do serviço público em Santa Catarina. E as conseqüências disso? Há professor indo para a sala de aula sem a menor condição de saúde. Quantos anos vão-se levar para recuperar esse verdadeiro desmonte?

Por isso que há feitos, como o prefeito de Tubarão, Carlos José Stüpp, com coragem - ele é seu correligionário, deputado Serafim Venzon -, que primeiro foi à Unisul TV, depois aos jornais de Tubarão e na terça-feira à noite agora, na transmissão do cargo de presidente da Câmara, reafirmou o pedido de desculpas ao povo de Tubarão por ter pedido votos para Luiz Henrique da Silveira.

Vou trazer uma cópia do jornal para todos os deputados do PSDB nesta Casa e vou apresentar uma moção de cumprimentos ao prefeito Carlos Stüpp, pela coragem de ir à tribuna e dizer: "Perdão, meu povo, porque eu o induzi ao erro pedindo voto para Luiz Henrique da Silveira". Tem que ter coragem para isso, deputado Flavio Ragagnin!

E o mais interessante: recomendo a leitura da coluna do jornalista Moacir Pereira, do dia de hoje, que tem o seguinte título "A coalizão ameaçada". E aqui há de novo irmão denunciando irmão. Partidos da base do governo estão acusando o governador de favorecer e usar a máquina só para favorecer os candidatos do PMDB.

Meu Deus do céu, é muita coragem! Essa gente acha que está acima do bem e do mal, deputado Flavio Ragagnin. Eles acham que estão acima da lei! O governador está todos os dias mandando uma tropa de choque para Brasília, com não sei o que dentro do avião, para se defender da cassação e continua usando a máquina para os candidatos do PMDB, segundo denúncia dos próprios membros da coligação.

Está na hora...
(Discurso interrompido por término horário Regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, é com tristeza que no horário destinado ao PPS, passarei a ler o que entendíamos que poderia acontecer em função do agravamento da doença, para conhecimento de todo o estado de Santa Catarina.
(Passa a ler.)

"Estamos tristes com o falecimento, no dia de ontem, da nossa amiga Ieda Varela Beck. Neste momento está sendo feito o seu sepultamento.

Ieda deixa um importante legado ao cinema catarinense nas suas atribuições junto à Cinemateca Catarinense, onde exerceu várias funções. Ultimamente exercia a diretoria financeira e era membro do conselho fiscal daquela entidade.

Incansável batalhadora, foi uma das responsáveis pela criação do Sindicato dos Trabalhadores do Audiovisual Catarinense. Participou ativamente da retomada do cinema catarinense e teve participação em filmes importantes, como a *Novembrada*, de Eduardo Paredes; *O Santo Mágico*, de Ronaldo dos Anjos; *Nem o Céu Nem a Terra*, de Isabel Hofmann, e *Sorria, Você está Sendo Filmada*, de Chico Caprário.

Ieda participou desses filmes, que significaram a retomada do cinema catarinense, mas o mais importante é que foi vencedora do edital de cinemateca, com o documentário *Luiz Henrique - No Balanço do Mar*." Esse documentário é um dos melhores trabalhos do cinema catarinense. Quem assistiu sabe que é de uma qualidade invejável, eu diria, das melhores, tanto o filme como o roteiro, em nível mundial. Realmente é um trabalho, uma obra-prima que Ieda Beck, por sua força de vontade, dirigiu, fez e aconteceu.

Vou pedir, inclusive, à TVAL que passe esse filme, porque trata de parte da história da nossa capital e de Santa Catarina.

(Continua lendo.)

"Inclusive, ao comentar sobre a magnífica obra do músico catarinense nascido em Tubarão e criado em São José e Florianópolis, leda sentenciou 'ele chegou cedo demais para a sua morte'. Então pedimos licença à companheira leda Beck para parafraseá-la: ela chegou cedo demais para a sua morte!

leda deixa três filhos, André, Inara e Fabíola, e deixa de luto o cinema catarinense.

leda teve posição política, foi filiada ao PCB, hoje PPS, e foi candidata a vereadora, ou seja, fez a sua parte, a sua militância, em anos difíceis."

Por isso, cabe-nos, no horário do partido, ressaltar que, em função de suas qualidades, leda, a partir de hoje, fará falta em todo o nosso estado em tudo o que se relaciona à arte do cinema.

Ela também fez a sua militância política com coerência, com honestidade, com ética, com transparência, dando o seu sacrifício para que pudéssemos transitar na questão democrática no PCB, que mais tarde se transformou no PPS, que, aliás, sr. presidente, completou, no último dia 25 de março, 86 anos de fundação. É um dos partidos mais antigos do país, quicá do mundo, pela sua luta na construção do socialismo democrático.

Nesses 86 anos, são pessoas como leda Vsrela Beck que nos honram, que nos estimulam a continuar. O PPS relembra a sua história nesse 25 de março e consegue transmitir às futuras gerações a sua participação, na sua forma de fazer política defendendo a unidade, defendendo a transparência, propondo uma política dialética e científica para as soluções dos problemas do nosso país.

Era isto o que tínhamos a registrar no horário do nosso partido: o falecimento da nossa amiga leda Beck.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e todos que nos assistem pela TVAL, quero saudar de forma muito carinhosa as professoras da Udesc e dizer que de 2002 a 2006 o governo do estado desenvolveu uma programação para qualificar e requalificar os professores da rede estadual, municipal e particular.

Havia em Santa Catarina 17 mil professores muito bem qualificados, habilitados, mas que não tinham licenciatura plena, o que fazia com que fossem, de certa forma, marginalizados. Eram professores que não tinham a licenciatura plena, mas que davam aulas normalmente.

O governo do estado, então, atendeu uma exigência do governo federal, que determinava que a partir de 2007/2008 todos os professores tivessem, pelo menos, licenciatura plena em Pedagogia para poder dar aulas. O governo cumpriu a exigência da LDB e criou um programa que deu condições aos professores de se requalificarem. Naturalmente o programa gerou um custo muito grande para a Udesc, que foi quem encabeçou o curso. Houve grande participação dos professores, e a grande maioria pagava de R\$ 100,00 a R\$ 130,00 como colaboração para cursar uma faculdade a distância. Esse curso de Pedagogia a distância foi a maior faculdade da América e seguramente a maior faculdade do mundo, porque em 2006 nós conseguimos formar 16 mil docentes, a maior parte professoras, mas também muitos professores, que a partir de então têm o título de licenciatura plena em Pedagogia.

Carinhosamente, tive a oportunidade de participar desse grande evento do estado e do grande momento dessas professoras e professores. Diria que, na verdade, cada um de nós é um monumento social que é construído com o trabalho de muita gente, a começar pelo pai, pela mãe, pelo professor, pelo padre, pelas pessoas da rua. Quer dizer, a sociedade inteira, na verdade, vai trabalhando, cada um cumprindo a sua tarefa e vai elaborando, vai construindo os indivíduos das gerações futuras. Então, nós podemos dizer que cada um de nós é fruto de um trabalho, somos um grande monumento social construído com o trabalho de muita gente.

Naturalmente que transformar ou requalificar um professor tem, ainda, uma dupla finalidade. Além de estarmos construindo aquele indivíduo, nós estamos ainda construindo alguém que vai, dali para frente, ajudar, e muito, a construir novos indivíduos.

De forma que daquele grande momento tive a oportunidade de participar e como deputado federal consegui destinar para a Udesc um montante de R\$ 3,6 milhões, provenientes da minha emenda pessoal de dois anos consecutivos, quando o máximo que poderia destinar seriam R\$ 4 milhões. Reservei, daqueles R\$ 4 milhões, R\$ 3,6 milhões para ajudar esse curso, formando, então, uma grande bolsa de estudo que permitiu que três ou quatro mil desses 16 mil alunos pudessem fazer a faculdade. Ou seja, ao invés de contribuírem com R\$ 100,00, contribuíram apenas com R\$ 50,00, porque o restante foi coberto por essa grande emenda de minha autoria, que à época destinei como deputado federal.

Tive, então, a oportunidade de participar do momento desses professores, e é por isso que muitos deles me denominam o deputado da Udesc, o deputado da faculdade do ensino a distância em Pedagogia. Em praticamente todos os 293 municípios de Santa Catarina temos alguém que foi beneficiado por aquela minha contribuição, pela bolsa que destinei à Udesc e que possibilitou que se realizasse o curso de Pedagogia a distância, proporcionando a maior formatura de todos os tempos, merecendo destaque em função dos aproximadamente 16 mil alunos diplomados.

Assim, quero saudar de forma muito carinhosa os professores, nesta oportunidade em que a Assembléia vive um momento constrangedor, mas ao mesmo tempo feliz, porque existe a movimentação dos mestres com a justa razão da melhoria salarial.

Por outro lado, o governo do estado, representado pelo secretário Paulo Bauer, tem o compromisso, junto à sociedade, de garantir a boa qualidade do ensino e a presença do professor em sala de aula. Busca o governo, pois, encontrar maneiras de agradar o professor, melhorando o seu salário através desse abono oferecido e, ao mesmo tempo, garantir a qualidade de ensino e a sua presença em sala de aula.

Eu acredito e tenho a convicção de que juntos nós vamos encontrar uma solução. Eu disse ao Sinte para nos ajudar a montar uma proposta que não seja radical, que não traga constrangimento ao deputado ao ter que optar pela cabeça de um, ou de outro. Não pode o Sinte exigir desta Casa uma postura radical nesse sentido.

No momento em que o sindicato, juntamente com todos aqueles que têm boa vontade, elaborar uma proposta para garantir a boa eficiência da Educação, a boa eficiência dos funcionários e dos professores, eu tenho a certeza de que o governador será o primeiro a tomar a decisão.

Em segundo lugar, tenho plena convicção de que o deputado Paulo Bauer também espera isso e que assim que o governo federal aprovar no Congresso o piso salarial mínimo, que já foi votado nas comissões de Educação e de Finanças e que gira em torno de R\$ 950,00, naturalmente o governo do estado vai atender a exigência nacional, como atendeu, e eu dizia há pouco aqui, aquela exigência de qualificar os professores, elaborando, através da Udesc, a grande faculdade de Pedagogia a distância, permitindo que 16 mil professores conseguissem sua habilitação.

Além disso, tenho certeza também de que o governo do estado atenderá, no momento oportuno, a exigência do piso salarial mínimo de R\$ 950,00.

Eu queria enfatizar aqui, ao encerrar, que não estamos em guerra, estamos todos juntos buscando uma solução.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu gostaria de registrar que, dos dias 10 a 13 de abril, a serra catarinense vai estar em festa. Será um bom momento para rever os amigos e fazer novas amizades no município de Capão Alto, onde acontecerá a VII Festa da Paçoca, paçoca de pinhão.

Hoje estamos recebendo nesta Casa, para convidar os deputados, a rainha e as princesas da VII Festa da Paçoca do município de Capão Alto.

Registramos e fazemos, em nome da rainha e das princesas, o convite para todos prestigiarem, entre os dias 10 e 13 de abril, a VII Festa da Paçoca, porque todos os caminhos levam a Capão Alto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Sejam bem-vindos a esta Casa!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o deputado Cesar Souza Júnior, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente e srs. deputados, o Democratas não usou a sua fala anteriormente, mas agora, com o precedente de ontem, utiliza este momento.

Srs. deputados, amigos que nos acompanham pela TVAL, funcionários desta Casa, eu gostaria, inicialmente, de cumprimentar o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, que hoje realizará, na Assembléia Legislativa, uma reunião por ocasião do aniversário. Eu quero cumprimentar as lideranças do PC do B por essa reunião que será realizada, hoje, aqui na Assembléia.

Quero também falar sobre um assunto que trouxe muitas dificuldades a nossa região há cerca de dois meses, que foram as chuvas, deputado Professor Grando, que aconteceram no dia 31 de janeiro. Várias regiões da Grande Florianópolis foram inundadas e muitas pessoas, sobretudo as mais humildes, perderam muito. A infraestrutura urbana foi destruída em várias cidades, sobretudo na região da Grande Florianópolis, e até agora não houve nenhuma liberação de recursos e, o que é pior, não houve também a liberação daquilo que é direito das pessoas, que é a parcela do FGTS até o limite de R\$ 2.660,00, para quem tem esse dinheiro depositado e foi atingido pela enchente.

Essa é uma lei federal, e aqueles que forem atingidos por cheias, por conflagrações, podem, desde que o pedido da prefeitura seja aprovado junto ao ministério da Integração Nacional, e devem receber essa liberação do FGTS para reparos em sua residência, para reconstruir a sua casa, para necessidades extremas de momentos tão difíceis.

Pois até agora, passados dois meses, as pessoas ainda aguardam a liberação do ministério da Integração Nacional. Não houve recursos liberados para as prefeituras, que tiveram que arcar sozinhas com os custos de drenagem, de maquinário. E não houve também, principalmente, a liberação desse dinheiro que pode fazer uma diferença muito grande na vida das pessoas que sofreram muito. Por quê? Quem sofre com enchentes são as pessoas mais carentes, que têm casas frágeis, que moram em áreas de risco, menos valorizadas, que encham; são essas pessoas que sofrem. E até agora não houve agilização, e a burocracia de Brasília segue emperrando a liberação desses recursos.

Então, é lamentável, e quando completam dois meses das cheias, eu faço aqui este registro: sequer o recurso do FGTS foi liberado para que as pessoas possam minorar as dificuldades pelas quais passaram. As manchetes não falam mais das chuvas, mas as pessoas que perderam o pouco que tinham, ou aquelas que não tinham nada e ficaram com menos que nada, ainda sofrem à espera de um auxílio por parte do governo.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Eu quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e, ao mesmo tempo, dizer que o ministério da Integração Nacional está aguardando toda a documentação das 29 prefeituras que decretaram situação de emergência. Contudo, até ontem somente 14 prefeituras haviam encaminhado a documentação. E não há como a Defesa Civil do governo federal liberar para um só município; ela tem de liberar o pacote para todos os municípios que estão em situação de emergência.

O município de São José, onde a situação foi das mais graves, ainda ontem estava encaminhando a documentação para a Defesa Civil estadual, a fim de que fosse encaminhada para o ministério da Integração Nacional.

Então, as prefeituras precisam qualificar-se melhor na área da Defesa Civil, encaminhar junto ao governo do estado e, com mais eficiência e rapidez, encaminhar ao ministério da Integração Nacional. E lá evidentemente precisam pressionar para que seja deliberado urgentemente e os trabalhadores poderem utilizar o Fundo de Garantia para resolver os seus problemas causados pela chuva.

Então, acho que esse é o ritual, mas, lamentavelmente, há ainda 15 prefeituras que não encaminharam a documentação para resolver esse problema. Mas quem paga a conta é o povo!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Pedro Uczai, agradeço a sua participação.

Acho que é importante chamarmos aqui a chefia da Defesa Civil do estado, porque a informação que recebi dela é diferente. Ela me informou que já houve liberação para três prefeituras, e não do FGTS, mas já recursos, e que o problema estaria na burocracia de Brasília.

Então, acho que é importante retornarmos ao tema na próxima semana para esclarecer isso. Creio que a Assembléia Legislativa tem que entrar nesse tema. Eu recebi outra informação da Defesa Civil, é importante também contar com o apoio e a ajuda dos deputados do PT e do PMDB para que possamos agilizar esse procedimento, uma vez que as pessoas estão aguardando há tanto tempo.

Também queremos falar aqui sobre a audiência pública que realizamos, ontem, sobre o Parque Metropolitano Continental. As comunidades do Monte Cristo, do Jardim Panorâmico, do Continente e do Chico Mendes vêm há muitos anos sendo enroladas! Prometeram a realização daquele parque tão importante e até hoje houve muitos desacertos. Ontem, na audiência pública ficou claro que existe um projeto muito bom para dar uma destinação mais humana àquela área; há um compromisso de iniciar já, pelo menos em parte, as obras previstas, e nós aguardamos que finalmente isso saia do papel.

A região da Grande Florianópolis tem um dos mais baixos índices de parques do Brasil. Em relação àquilo que a Unesco estabelece como recomendável, nós estamos com quatro vezes menos parques por habitantes, quatro vezes menos áreas de lazer por habitante do que seria o recomendável pela Unesco. E na região continental é ainda pior: nada se faz.

Para tirar um parque do papel é uma coisa muito difícil. As pessoas ficam cansadas de aguardar, de esperar. Historicamente, não houve um privilégio a esse tipo de iniciativa, e é fato que as pessoas, hoje, principalmente de áreas mais carentes, áreas dominadas pelo crime, áreas dominadas pelo tráfico, querem e precisam de espaços físicos de lazer e de convivência. Mas surpreende ver como é difícil fazer isso avançar.

Ontem a audiência foi muito prestigiada, pois estiveram conosco o deputado Renato Hinnig, o deputado Professor Grando, que com sua experiência de ex-prefeito muito contribuiu. Ficou claro que isso tem que ser prioritário, mas prioritário mesmo. Não é só deitar asfalto nas ruas, muitas vezes sem drenagem; não é só fazer obras que agradem aos olhos e ao imediato as pessoas; é preciso pensar no futuro. E a área pública de lazer, além de urbanismo, além de cuidar da cidade, é cuidar do futuro das pessoas. A diferença entre ter ou não ter onde brincar, onde praticar esportes pode ser, e freqüentemente é, a diferença entre uma vida de crime e uma vida decente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0618/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0665/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 0083/2008, de autoria do deputado Darci de Matos, e 0084/2008, de autoria do Moacir Sopelsa.

Requerimento de autoria do deputado Julio Garcia, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Paula Ramos Esporte Clube, cumprimentando-o pela inauguração do complexo socioesportivo.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Ada De Luca, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de São João do Itaperiú, Macieira, Campos Novos, São Cristóvão do Sul, Ponte Alta do Norte, Sangão, Morro Grande, Coronel Martins, Vargem Bonita, Cordilheira Alta, Capivari de Baixo, Arabutã e Ipuacu, cumprimentando-os pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus e outros, solicitando apreciação pelo Plenário do parecer da comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei n. 0535/2007.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Flavio Ragagnin, a ser enviada ao governador do estado, solicitando a atualização do *campus* de Concórdia, da Universidade do Contestado.

Em discussão.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra o eminente deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, o deputado Flavio Ragagnin é uma pessoa que se tem preocupado com a educação, tanto quando prefeito como quando cidadão comum. Mas preciso registrar, deputado, a importância do *campus* de Concórdia.

Já falei na imprensa e também já disse ao deputado do meu apoio à atualização, ou seja, a Udesc encampar e instalar um *campus* junto a nossa universidade. Mas preciso deixar registrada aqui a preocupação que tenho com o *campus* universitário do nosso município. A nossa universidade, que tem uma das melhores estruturas do estado, passa por um momento de muita preocupação. Há muito tempo que eu não via uma determinação, por parte da Justiça, de uma intervenção. Isso me faz lembrar a época dos governos militares. Mas a decisão da Justiça tem que ser acatada. E eu vejo que cada dia que passa há menos cursos naquela universidade - tínhamos cursos importantes que hoje não existem mais. Outros cursos estão com menos de 50% dos alunos necessários para que o curso ande.

Então, é louvável o requerimento do nosso deputado Flavio Ragagnin, que tem o meu apoio. Há que se tomar uma posição imediata, e deixo aqui esse alerta ao prefeito municipal de Concórdia. A Justiça considera o *campus* de Concórdia ainda de uma fundação municipal; portanto, de responsabilidade do município.

Além do requerimento do nosso deputado, precisamos da vontade do prefeito de fazer isso. Eu acho que temos que construir juntos, independentemente de partido político, uma solução para o *campus* de Concórdia. Há denúncias de desvios de recursos, de abuso de poder. Espero que essas denúncias sejam esclarecidas. Se há culpados, que sejam punidos, mas que não se faça do *campus* de Concórdia uma questão política que venha em prejuízo daquela que tem sido uma das universidades que mais cresceram dentro do estado de Santa Catarina.

Era este o registro que eu queria fazer. Mais uma vez, os meus cumprimentos ao deputado Flavio Ragagnin. Conte com meu apoio! Mas quero que fique registrada a minha preocupação. Pela forma como estão sendo conduzidas as questões da nossa universidade de Concórdia, amanhã ela talvez esteja fechada por falta de alunos!

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao presidente das Centrais Elétricas de Santa Catarina, solicitando informações sobre os procedimentos para a utilização dos descontos especiais na tarifa de consumo na atividade de irrigação e aquicultura.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Fim da Ordem do Dia...

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada ao nosso amigo de longa data, deputado Joares Ponticelli, sempre cavalheiro, sempre muito gentil. Hoje em dia é raro, sr. presidente, o cavalheirismo, eu observo isso muito nas minhas viagens. Quando estou viajando, é difícil encontrar cavalheiros. Mas graças a Deus aqui todos os deputados são muito gentis, muito educados e cavalheiros.

Sr. presidente, talvez a minha assessoria não tenha tido tempo de protocolar, porque é feita a correção, mas eu tenho um pedido de informação, que provavelmente será lido na segunda-feira, solicitando informações à Infraero sobre a lavagem das aeronaves, como é realizada na região central do Brasil, para a prevenção da dengue.

Muito obrigada, sr. presidente e deputado Joares Ponticelli!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu estava conversando com os deputados Moacir Sopelsa e Edson Piriquito e não observei se o Pedido de Informação n. 0063/2008, de autoria deste deputado, foi votado. Está sobre a mesa e eu solicito a v. exa. que também o coloque em deliberação. Com ele nós pretendemos obter a cópia do convênio firmado entre a secretaria de estado do Planejamento e a Finatec - Fundação de Empreendimentos Tecnológicos -, já que essa questão está polêmica em todo o estado com prefeituras. Nós sabemos que o estado também tem convênios celebrados e queremos solicitar uma cópia desse convênio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - É extrapauta, deputado Joares Ponticelli, então, passo a ler o pedido de informação:

"O Deputado que este subscreve, com amparo no art. 196 do Regimento Interno, solicita, após a deliberação do Plenário, seja encaminhado ao Secretário de Estado do Planejamento, Altair Guidi, o seguinte Pedido de Informação:

1. cópia de inteiro teor do convênio firmado entre a Secretaria de Estado do Planejamento e a FINATEC - Fundação de Empreendimentos Tecnológicos.

Sala das Sessões, em

(a) Deputado Joares Ponticelli

Vice-líder da Bancada do PP" [sic]

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, não está na pauta da Ordem do Dia, eu não escutei a leitura e só gostaria de saber qual foi o pedido de informação.

Faço esse questionamento porque esses dias já foi tema de um pronunciamento meu que os pedidos de informação constassem na pauta, até para sabermos o que estamos votando, deliberando. Não tenho nada contra o pedido de informação, mas como isso já ocorreu dias atrás, houve um acerto de lideranças de que os líderes nos comunicariam, informariam.

Não sei se a minha solicitação foi em vão e não houve eco nem resultado. Eu gostaria que, nas próximas sessões, as matérias estivessem na pauta da Ordem do Dia para tomarmos conhecimento delas. Mas gostaria de saber o teor do pedido de informação, pois não o escutei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Apenas para esclarecimento, devo informar que esse pedido chegou após a confecção da pauta. Mas, de acordo com o Regimento, ele é totalmente legal e pode ser colocado em pauta. Mas eu posso repeti-lo para v. exa. O pedido de informação tem o seguinte teor:

(Passa a ler.)

"[...]

1. cópia de inteiro teor do convênio firmado entre a Secretaria de Estado do Planejamento e a FINATEC - Fundação de Empreendimentos Tecnológicos." [sic]

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Penso que é legítimo todos os deputados questionarem a pauta da Ordem do Dia. E há três pontos aqui no debate: o Regimento permite incluir na Ordem do Dia, por solicitação de um deputado, quando não há questionamento das lideranças de bancada com relação à inclusão, que foi o caso que não teve questionamento em relação à inclusão.

Segundo, é o mérito de votar a favor ou contra o pedido de informação, e acho que temos de esclarecer isso.

Terceiro, mais do que se preocupar se nós vamos fazer a votação dos pedidos de informação... Nós até temos votado pedidos de informação, deputado Joares Ponticelli, mas as respostas não vêm, ou elas vêm pela metade ou enganando-nos.

Na semana que vem irei pegar todas as informações que a bancada do Partido dos Trabalhadores solicitou ao governo do estado! E é uma brincadeira o que o governo está fazendo com o Parlamento catarinense...

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, o Regimento não é claro nessa questão de apresentação de pedido de informação, e há uma interpretação diferente. Mas quero deixar bem claro que votarei o pedido de informação. A única coisa que estou solicitando é que haja um entendimento da Mesa para que possamos deliberar sabendo o que está na pauta, que aquilo que esteja na pauta seja fruto de um acordo de lideranças. Senão daqui a pouco eu voto num assunto e depois serei perguntado lá fora e não saberei dizer o que votei e aprovei.

Essa é a minha solicitação! Eu não quero discutir o teor do pedido de informação do deputado Joares Ponticelli, e voto a favor da matéria. Eu só gostaria que tivéssemos a oportunidade de saber, antecipadamente, o que estamos deliberando aqui no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Deputado Elizeu Mattos, o art. 196, Capítulo V, do Regimento Interno desta Casa, no seu § 1º consta do seguinte: (Passa a ler.)

"Art. 196. [...]"

§ 1º Recebido o pedido de informação, será incluído na Ordem do Dia para votação." [sic]

Está extremamente de acordo com o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - A Ordem do Dia está aqui, sr. presidente, é a que está publicada, está impressa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Sempre foi praxe desta Casa e está sendo cumprido o Regimento Interno.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Só estou pedindo, sr. presidente, não estou dizendo que não é praxe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) - Este é um acordo de líderes, nobre companheiro.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o eminente deputado do Partido Progressista, Flavio Ragagnin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FLAVIO RAGAGNIN - Sr. presidente, demais componentes da mesa, srs. deputados, catarinenses, venho hoje levantar um assunto que acho de extrema importância para o nosso Alto Uruguai e para a educação catarinense. Mas antes disso quero reportar-me à reunião da comissão de Agricultura. Ontem, quando lá estive, estavam também o secretário da Agricultura, o presidente da Cidasc e demais autoridades voltadas ao assunto em pauta. Lá foi discutida a questão do estado de Santa Catarina ser considerado livre de febre aftosa sem vacinação.

Fiquei satisfeito com as explicações, com as explicações que lá recebi, mas quero deixar aqui um alerta ao deputado Moacir Sopelsa, inclusive, à comissão de Agricultura, no sentido de que se faça em determinado tempo, como fez o deputado Reno Caramori, a convocação dessa equipe que estava lá ontem para que continue esse monitoramento, porque não é apenas uma explicação, um comentário que às vezes agrada, que é importante, mas, sim, o monitoramento realizado pela Cidasc nas fronteiras, através da secretaria da Agricultura.

Imaginem quantas famílias catarinenses produtoras de carnes estão nos escutando e atentando para que daqui a pouco não tenhamos mais uma crise na suinocultura, na avicultura. E nem saímos da primeira! O nosso suinocultor está muito preocupado com a falta de renda do seu trabalho.

Então, qualquer deslize, qualquer falta de monitoramento ou de cuidado na questão da sanidade animal pode ocasionar um prejuízo muito grande para o estado de Santa Catarina, principalmente para o Alto Uruguai catarinense, no que tange à suinocultura. Estamos, inclusive, sendo muito visados pelos organismos internacionais na questão de ser um estado livre de febre aftosa sem vacinação, uma vez que estamos preocupando outros países pela nossa qualidade, pelo baixo custo e pela expressão que temos hoje na questão da exportação.

Quero dizer também que sábado, deputado Silvio Dreveck, teremos um encontro de mulheres progressistas em Chapecó. E quero aqui salientar para a Lourdes que nos aguarde, pois estaremos lá dando total apoio ao evento.

Mas o assunto mais importante, em minha opinião, que tenho para abordar hoje se refere à UNC, *campus* de Concórdia. Encaminhei uma moção ao governador do estado, solicitando que determine um estudo no sentido de viabilizar a estadualização do *campus* da UNC, através da Udesc, em Concórdia.

Tenho tido muitas informações, solicitações e preocupações neste sentido até de funcionários dizendo que agora que a UNC está tentando recuperar-se dos escândalos que aconteceram, sobre a questão da intervenção até por determinação do Ministério Público, um deputado está solicitando a sua estadualização.

Acontece que a Udesc e a UNC, de Concórdia, em 2005 tinha 3.200 alunos, mas agora, em 2007, tem 2.000 alunos. Quer dizer, mais de 1.200 alunos abandonaram ou não estão mais ingressando nos cursos superiores por causa do alto custo. A recuperação da UNC de Concórdia deve ser feita, sim, mas acontece que quem vai pagar é o aluno. Quem construiu tudo aquilo que está lá em grande parte foi o aluno e nem sócio é. Agora, quando ocorre um problema financeiro na UNC, quem vai pagar é o aluno. E o Ari Adamy, nosso particular amigo, que foi e é o interventor, está fazendo das tripas coração para tentar recuperar a UNC.

Mas a nossa preocupação é para que o filho do pequeno agricultor, do funcionário, do operário tenha a possibilidade de acesso ao curso superior. Hoje não existe a possibilidade de fazer uma turma de 38 vestibulandos para um curso, porque somente quatro alunos vão fazer o curso, pois os outros não têm condições pagar.

Então, eu acho que este assunto tem que ser muito bem analisado. Estou preocupado com os funcionários da UNC de Concórdia? Claro que sim! Mas estou muito mais preocupado com os alunos. Estou muito mais preocupado com o futuro da nossa região, pois a educação tem que estar em primeiro lugar.

Portanto, temos que fazer este estudo. Eu estou levantando o problema aqui, mas ele está lá. O deputado Moacir Sopelsa comentou o assunto: o problema está lá e nós vamos apresentar a solução. E qual é a solução? Que o estado faça a estadualização, através da Udesc. O falta para isso? Faltam recursos, vontade política, talvez determinação do governador do estado para realizar um estudo para que seja uma realidade salvar os cursos superiores do Alto Uruguai catarinense e, também, para que os alunos possam ter acesso à faculdade gratuita, pois no Alto Uruguai catarinense, no Alto Irani e no Vale do Rio do Peixe, não há. Mas há em Chapecó, em Pinhalzinho, em Palmitos e aqui no litoral. Então, de qualquer forma, existe certa discriminação também para com a nossa região.

Agora, no nosso entendimento essa preocupação é necessária. E conversando com o deputado federal Odacir Zonta, s.exa. nos disse que também é parceiro dessa preocupação. É necessária, e não há nenhuma intenção política no assunto, uma intenção em favor da educação e do ensino superior. A solução é justamente a estadualização. E se faltarem recursos - e provavelmente vão faltar -, o deputado Odacir Zonta, da bancada catarinense, se dispõe, tenho certeza, a colocar uma emenda no Orçamento da União, para que se destinem recursos federais a fim de que a Udesc tenha plenas condições de fazer essa encampação.

Então, gostaria de ter o apoio de todos os parlamentares com relação a este assunto, porque é extremamente importante para a juventude catarinense, mais especificamente para a juventude lá do nosso Alto Uruguai.

Era isso, sr. presidente, muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Valmir Comin) O próximo orador inscrito é o sr. deputado Elizeu Mattos.

Antes, porém, de conceder-lhe a palavra, gostaria de registrar, com satisfação, a presença do criciunense Eduardo Loch, nosso amigo, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem - Abav/SC -, e do sr. Denis dos Reis, presidente da Associação dos Moradores de Naufragados. É um prazer e uma satisfação tê-los conosco.

Com a palavra o deputado Elizeu Mattos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente e srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, quero registrar aqui a presença da prefeita em exercício de Otacílio Costa. Pela primeira vez, deputado Professor Grando, o município de Otacílio Costa tem uma prefeita, que é a presidente da Câmara Municipal, a vereadora Eliany Koehler de Ávila, a quem dou as boas-vindas a nossa Casa, à Casa do Povo, a Assembléia Legislativa.

Srs. deputados, ontem eu não estive presente o tempo todo na sessão plenária, porque estava representando a Casa junto à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Federal que discute, que investiga a questão carcerária e presidiária do país. Lamentamos que a comissão de Segurança Pública não tenha sido convidada, pois ela tem discutido a questão dos presídios, das penitenciárias. Mas apesar de não termos sido convidado, comparecemos por determinação do presidente Julio Garcia, dando as boas-vindas aos deputados e participando daquele encontro, daquela audiência pública da CPI da Câmara Federal.

À noite, assistindo à sessão ordinária pela TVAL e aos comentários do que aconteceu aqui no plenário, fiquei triste, muito triste, deputado José Natal! Em primeiro lugar, eu não cheguei aqui para falar mal do cidadão "a" ou "b". Fui eleito com os meus 28 mil votos e quero registrar aqui, deputado Flavio Ragagnin, que foram 28 mil votos conquistados, não comprei o meu mandato. Então, 28 mil pessoas me mandaram para cá e não estou aqui por acaso, não fui nomeado, não sou biônico. Vim para tratar as pessoas do nosso jeito serrano de ser e aqui há serranos.

Nasci no interior, sr. presidente, deputado José Natal, deputado Flavio Ragagnin, de Anita Garibaldi. Lá onde eu nasci não há hospital e o parto da minha mãe foi feito por uma parteira, mas nós aprendemos, lá no interior de Anita Garibaldi, no interiorão da serra catarinense, que mesmo assim, com todas as dificuldades do mundo - e v.exa. que também é do interior sabe do que eu estou falando - o respeito pelas pessoas é fundamental. Chamar as pessoas de senhor era regra lá em casa, por orientação do meu pai e da minha mãe, e é regra na minha casa ainda. Nós até podemos discordar de algumas coisas que acontecem na comunidade, mas o respeito está acima de tudo. Essa era uma regra fundamental na nossa família e eu aprendi lá no interior.

Portanto, eu esperava, deputado Silvio Dreveck, que essa regra valesse para todos nós, para todos os deputados, porque nós somos a cara do nosso povo e representamos o nosso povo, já que ninguém aqui chegou sem o povo. Eu esperava que aqui, no mínimo, tivéssemos respeito com as pessoas, com a história das pessoas, com a dignidade das pessoas. Era o mínimo que eu esperava. Eu esperava chegar aqui e travar debates no campo das idéias, talvez discordando porque nós somos diferentes e é impossível estarmos aqui todos concordando com tudo ou discordando de tudo. Era isso que eu esperava.

Entretanto, o que aconteceu ontem aqui não foi culpa de "a" ou "b", foi uma falta de respeito com a figura do governador Luiz Henrique da Silveira, pois todos os dias o mesmo discurso está sendo proferido nesta Casa; foi uma falta de respeito talvez até com os demais colegas. Somos colegas, temos que nos respeitar. O Regimento Interno é claro quanto a isso, está escrito no Regimento Interno. E temos que respeitar também aquele governador que foi eleito. Eu posso até discordar do ex-governador na questão administrativa, mas não vou falar da sua vida pessoal ou achar que ele é feio sem cabelo - o problema é dele e não meu. Agora, da questão administrativa podemos discordar.

Agora, desculpem-me, atacar um colega, atacar a vida de um governador como Luiz Henrique da Silveira, falar da vida pessoal de Luiz Henrique da Silveira, da história de Luiz Henrique da Silveira, não é esse o nosso papel! É claro que podemos discordar da questão administrativa; podemos achar que o correto não é a descentralização, que é outro caminho. Agora, srs. deputados, estamos aqui ser respeitados, mas primeiro temos que merecer e dar o devido respeito.

O desrespeito não é o que as lideranças que nos vêm visitar esperam; os vereadores, as pessoas que nos assistem pela TVAL e que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital não querem escutar ofensas e mais ofensas de âmbito pessoal, elas querem escutar propostas. Eu vim aqui para respeitar todos e respeito todos. Mas gostaria também de ser respeitado e gostaria que este Parlamento, o Parlamento do povo catarinense, respeitasse as pessoas investidas de um mandato outorgado pelo voto. Ninguém está aqui sem voto e ninguém é governador sem voto. Foi o povo que o colocou no governo. E quando desrespeitamos a vida pessoal, não estamos só desrespeitando aqueles que votaram no governador, mas toda uma tradição de educação legada pelos nossos pais, pelos nossos familiares.

Por isso, faço hoje, deputados Edson Piriquito, Professor Grando, José Natal, Silvio Dreveck, Flavio Ragagnin e Joares Ponticelli, esse desabafo, para que façamos o debate no campo das idéias.

Outra coisa que quero comentar é que falemos aqui sobre um assunto que não sei onde querem chegar. Refiro-me a um jantar na casa de um empresário. Quero saber qual é o crime cometido em jantar na casa de um empresário! Se me convidarem, eu vou! Pelo que sei, o empresário não foi condenado por crime algum, não é um traficante condenado ou procurado pela polícia. Qual é o crime de um governador, de um prefeito ou de um deputado almoçar ou jantar na casa de alguém? A que ponto chegamos? Se diferentemente da ética que nós pregamos, visitar um empresário no passado era para subornar e pedir dinheiro, essa prática ficou para trás. É anterior a 2003, não é a prática do momento! Porque às vezes as pessoas entendem, deputado Edson Andriano, que uma visita a um empresário - e aprenderam porque já foram governo - é para pedir dinheiro ou para suborná-lo. E aí acham que todo mundo vai fazer a mesma coisa.

Pára aí, gente, há uma ação e temos que respeitar! Respeitar o empresário que investe em Santa Catarina e respeitar as pessoas que vão à casa do empresário, porque daqui a pouco, se alguém me visita na minha casa, deputado José Natal, seja um empresário ou qualquer outra pessoa, é para subornar também o deputado. Não é por aí, o caminho não é esse, o caminho é outro!

Por isso faço aqui este pedido aos nossos pares: vamos discutir, vamos debater, vamos para o campo das idéias e vamos deixar o cidadão "a" ou "b" de lado, para que ele cuide da sua vida pessoal. Porque não foi para isso, srs. deputados, que eu cheguei e estou aqui. Eu estou aqui para debater idéias, para debater as questões do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Muito obrigado, sr. presidente.

A título de fazer uma correção e até por uma questão de justiça, eu quero dizer o seguinte: na tarde de ontem foi debatido aqui o requerimento da nossa bancada, que solicitava o envio de expediente ao Tribunal de Contas, pedindo ao referido Tribunal auditoria com relação à SC-401. Na ocasião, o deputado Herneus de Nadal, por quem tenho a maior admiração e respeito, fez referências na sua fala de que aquele requerimento a ser deliberado neste plenário estava acompanhado de inúmeras afirmações e insinuações em relação à honra do sr. governador. Quando o deputado Kennedy Nunes afirmou isso, o deputado Herneus de Nadal disse que não havia falado tal coisa.

Portanto, sr. presidente, quero apenas comunicar que seria de bom alvitre retirar desse registro o que o próprio deputado havia dito, ou seja, de que não tinha comentado esse assunto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente e srs. deputados, faço uso da tribuna, na manhã de hoje, para registrar e enaltecer a vinda ontem a este Parlamento do nosso candidato ao Senado italiano, Itamar Benedet, e ao candidato a deputado ao Parlamento italiano, o paranaense Luiz Molossi, acompanhados dos empresários Edésio Spillere, apolador, Gilliard Gava, consultor de evento para Santa Catarina, e Marcelo Pacheco, colonista político.

Ouvindo as suas reivindicações quero, primeiramente, parabenizá-los pela coragem. E eu tenho dito que participam do processo político, da eleição, do voto legítimo, aqueles que realmente são ousados, que têm responsabilidade e que têm coragem.

Por isso parabeno o criciunense Itamar Benedet por aceitar esse desafio. E das suas propostas consta o seguinte:

(Passa a ler.)

"A América do Sul, o segundo maior colégio eleitoral do mundo, com aproximadamente um milhão de eleitores, tem o direito de eleger dois senadores e três deputados. Em Santa Catarina somos aproximadamente 11 mil eleitores". Percebam o disparate desse desafio.

(Continua lendo.)

"O Parlamento é composto por 630 deputados e 315 senadores eleitos pelo voto popular.

Também fazem parte do Senado o ex-presidente e outras pessoas, não mais que cinco, indicadas pelo presidente da República.

As propostas são as seguintes:

1 - Direito de pleno voto da mulher na transmissão da cidadania;

2 - Assistência social a todos os italianos residentes no exterior.

E principalmente para nossa Santa e Bela Catarina propugnamos:

1 - Equivalência dos títulos de estudo;

2 - Cursos de formação e capacitação para jovens em todas as áreas do conhecimento, no que a Itália tem muito a nos auxiliar, tendo em vista a grande dívida histórica da Itália com nossos oriundos;

3 - Auxílio para nossa gente que está na Itália, que sonha com o novo Eldorado, sendo que muitos estão passando por grandes necessidades e muitas privações;

4 - Fazer valer o protocolo de intenções firmado entre Santa Catarina e a região do Veneto, bem como estender esse instrumento de cooperação para toda a península itálica;

5 - E, finalmente, tendo em vista a dificuldade de reconhecimento da cidadania pela precariedade de estrutura dos consulados italianos existentes no Brasil, mais de 500 mil pedidos de cidadania aguardam na lista de espera (desses, cerca de 100 mil são da jurisdição Paraná e Santa Catarina)". Ou seja, praticamente 2% de Santa Catarina e do Paraná.

(Continua lendo.)

"Hoje, quem entra com pedido de cidadania italiana vai ter que esperar, no ritmo que está sendo procedido, 40 anos para obter seu direito, que é constitucional."

Meu amigo, deputado Silvio Dreveck, muitos vão buscar isso além da vida. Meu amigo, deputado Professor Grando, realmente é um absurdo, é um descaso o que está acontecendo!

E ele fazia um apelo veemente aqui na tarde de ontem.

(Continua lendo.)

"Srs. deputados, sugiro, nesta ocasião, que esta Casa aprove uma moção endereçada ao governo italiano para a reabertura do consulado italiano em Santa Catarina.

A instalação do consulado italiano foi e sempre será a minha bandeira" - dele e de todos os catarinenses que anseiam por esse pedido.

Nós tivemos a oportunidade, numa audiência realizada nesta Casa, se não me engano proposta pela deputada Ada De Luca, de ter aqui presente o cônsul do Brasil na Itália. Mas eu fiquei impressionado como o cônsul se comportou perante esta tribuna: tremia que nem vara verde. E ele mesmo admitiu aqui a mínima participação que o consulado exerce em nível de Brasil e as dificuldades, as carências que existem, fazendo um apelo ao governo catarinense que intercedesse junto ao governo italiano, a fim de buscar uma parceria no sentido de conseguir mais recursos humanos, quem sabe um consulado aqui em Santa Catarina, que é uma meta, é uma prioridade, uma exigência que os catarinenses fazem em nome do respeito àqueles que vieram da Itália para desenvolver o nosso glorioso estado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não, meu grande companheiro e presidente progressista, deputado Joares Ponticelli.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Valmir Comin, eu quero cumprimentá-lo pelo assunto abordado na sua manifestação no dia de hoje e parabenizar Itamar Benedet pela sua atitude corajosa. Temos uma esperança muito grande de que ele possa conquistar essa cadeira no Senado italiano, para representar as comunidades ítalo-descendentes de Santa Catarina, do Brasil e da América do Sul. A perspectiva é muito positiva e aquilo que nós pudermos fazer, nós faremos, para que ele tenha êxito.

Mas esta questão do consulado, deputado Valmir Comin, v.exa. e o nosso Fórum Ítalo-Brasileiro há muito tempo vêm brigando por isso. V.Exa. colocou muito bem a infelicidade do cônsul em uma sessão aqui na Assembléia Legislativa, quando ele ousou dizer que o atendimento de Curitiba era um atendimento rápido, eficiente e respeitoso. Infelizmente, continua sendo um péssimo atendimento, as pessoas já não conseguem mais nem obter informações dos seus processos de dupla cidadania.

É preciso que esse assunto volte a debate, que nós voltemos a discutir a questão da instalação de um consulado no estado de Santa Catarina, para que as dezenas e milhares de ítalo-descendentes tenham um tratamento mais digno em nosso estado.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Só existe uma maneira, deputado Joares Ponticelli, de vencermos a guerra. É estarmos na batalha. E essa é a nossa meta e o nosso objetivo.

Por isso eu fiz questão de utilizar esta tribuna, na manhã de hoje, para realmente parabenizar a coragem, a atitude louvável desse grande companheiro, desse guerreiro chamado Itamar Benedet, que se coloca à disposição para a disputa por uma vaga no Senado na Itália, a fim de representar condignamente todos nós, catarinenses.

Na semana próxima passada, eu fiz um pronunciamento relacionado à barragem do rio do Salto, pois houve um entendimento com o Ministério Público Estadual, na comarca de Turvo, a Fatma, a Casan, juntamente com o secretário Altair Guidi, no sentido de que na próxima sexta-feira, amanhã, tenhamos a liberação da LAP - Licença Ambiental Prévia -, para que possamos garantir os R\$ 11 milhões que estão já consignados no PAC - Programa de Aceleração do Crescimento - do governo federal.

Esperamos que realmente esse recurso venha, para que essa obra possa tornar-se uma grande realidade para o fortalecimento da economia do sul do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, eu só quero registrar a presença, nesta Casa, dos alunos da 8ª fase de Direito da Universidade do Planalto Catarinense, que estão hoje visitando a capital do estado, o Tribunal de Justiça e a Assembléia Legislativa, com a professora Maria Cristina Renon.

Gostaríamos de dar boas-vindas e fazer este registro da presença dos 60 alunos da nossa Universidade do Planalto Catarinense, a Uniplac.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Esta Presidência dá boas-vindas aos alunos do curso de Direito da Uniplac, desejando que sua estada aqui no Parlamento catarinense seja muito proveitosa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, nós sabemos que até pela questão de interesses cada parlamentar, cada partido, cada pessoa, cada cidadão tem a sua visão, a sua forma de fazer política.

Eu gostaria de deixar bastante clara a nossa concepção, a nossa visão de fazer política. Por exemplo, com relação à concepção de quem é Situação tem que dizer "sim" a tudo e de quem é Oposição tem de ser contra tudo que é do governo, não é essa a nossa forma de fazer política. A nossa forma de fazer política é uma conquista

de toda a sociedade, pois queremos contribuir, com o PPS, para o crescimento da visão de que o mundo não é maniqueísta, onde alguns são do bem e outros do mal. Essa é uma concepção da Idade Média: ou se está a favor de Deus ou contra Deus; ou está na nossa igreja ou é herege. Essa visão atrasou muito o desenvolvimento.

Então, o que nós temos como política na forma de ciência é a proposta de fazer um projeto, dando a nossa contribuição, colocando o nosso posicionamento político, respeitando todas as demais correntes de pensamento, sejam contrárias ou favoráveis, porque esta é a essência da democracia: a soma de todas as cores, de todas as tendências e correntes, o branco da paz.

E é neste sentido que nós, nesta Casa, somos uma caixa de ressonância de todos os recantos de Santa Catarina. Mas o que nós vimos, recentemente, na Assembléia não nos credencia a ser os representantes da esperança que o povo catarinense tem requerido de cada parlamentar. E olha que somos eternos aprendizes da esperança.

Essa questão me lembra o momento histórico, devido à nossa formação no maniqueísmo, de que somos os bons e os outros são os maus. Essa concepção levou para a fogueira, de acordo com a concepção da ciência na época, um grande pensador, Giordano Bruno, que questionou Copérnico, que obrigou Galileu a desmentir suas idéias e que no final concluiu, no seu depoimento junto à Inquisição, o seguinte: "*Eppur, si muove*", que quer dizer: "E, no entanto, move-se".

Srs. deputados, o que significa isso? A concepção herética do pensamento. Quer dizer, no momento em que se dizia que a terra se movia ao redor do Sol e que o Sol era fixo, isso não preocupava a visão da população daquela época, porque ela olhava todos os dias a natureza, via o Sol nascer e pôr-se, não tinha a concepção da ciência, até porque não havia conhecimento da formulação de Copérnico.

Mas tudo isso tocou fundamentalmente na força dominante da igreja predominante na época, através do conhecimento e da ciência. E tocou onde? Até hoje o povo não sabe. Tocou num princípio muito claro: Moisés, voltando do Egito, à procura da terra prometida - sabemos que não conseguiu chegar à terra prometida -, morreu no caminho com a sua grandiosidade, que foi a revelação dos dez mandamentos. E coube a Josué dar essa condução até chegar à terra prometida. Ele travou batalhas e numa dessas batalhas estava escrito na Bíblia que, para dizimar todos os inimigos, teria que pedir para que o Sol parasse, a fim de que não anoitecesse e tivesse mais tempo para matar os seus inimigos. Quando a concepção de Galileu tocou no que estava escrito na Bíblia, foi que começou realmente o apavoramento, porque aquilo que estava escrito eram palavras de Deus e Deus não poderia estar errado; como o Sol já estava parado, então, não poderia ficar parando o Sol.

Outra questão: ele tinha que parar era a Terra, porque a Terra é que se move ao redor do Sol, se queria ter mais tempo para dizer aos inimigos. Essa concepção que contradizia esse princípio da Bíblia, que poucas pessoas conheciam, foi a grande causa de toda a Inquisição para incriminar Galileu. Por quê? Porque contrariava as palavras santas da Bíblia, pois na sua concepção científica não podia a Terra girar em torno do Sol já que o Sol estava girando ao redor da Terra. E como na Bíblia afirma que Deus parou o Sol, pensaram: "Ele já está parado, como é que ia parar"? Com isso é que começou a mudar toda a concepção.

A mesma coisa é na questão política! Nós avançamos, nós nos organizamos em partidos políticos, em democracias, com todas as suas contradições, e temos que ouvir todas. A democracia não é só representativa, ela é participativa, antes de tudo. Nós sabemos que a democracia não se faz só no Parlamento, no Poder Executivo ou no Poder Judiciário, tem que ser feita nos três poderes de forma harmônica. No mundo moderno, as associações de bairro, os sindicatos, as associações científicas propõem diretrizes e linhas políticas à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência.

De vez em quando o maniqueísmo se manifesta onde há o Obscurantismo. Foi aí que se originou o Iluminismo. Nós somos filhos do Iluminismo, queremos as discussões, nós não queremos o obscurantismo de dizer que a célula-tronco não pode existir. Não! A ciência está aí para discutir, vamos vencer mais essa etapa.

De vez em quando se manifesta na questão política com o simples fato de posições consumadas. Nós temos que entender que na democracia, a maioria não está sempre correta, porque podemos ter a ditadura da maioria sobre a minoria. A democracia é um verdadeiro exercício e esta Casa tem a função de exercê-la.

Por isso é que o nosso comportamento - e há muito tempo quem nos acompanha sabe - deixou de ser no sentido de se pôr a favor ou contra quem está no poder. Sempre fomos a favor daquilo que colocamos de forma científica, daquilo que em que há a tese e a antítese. E o que nós temos? Temos aquilo que chamamos de dialética, o a favor e o contra, e a questão correta do posicionamento com toda a transparência.

Nunca fizemos política - e quem nos acompanhou pôde observar - com qualquer ataque pessoal. Nunca nos viram fazendo qualquer acusação. Isso significa mais ou menos firmeza, porque ser contra e atacar alguém para dizer que é firme, não é política. Isso é até má educação. É má educação!

Então, o que precisamos ter? Temos que ter um posicionamento ideológico, ser educados e cada um defender as suas teses e suas correntes políticas.

Até faço este pronunciamento para muitos eleitores, pessoas que nos conhecem pela nossa forma de fazer

política. As nossas normas são bastante claras: não fazer ataque pessoal e posicionar-nos ideologicamente. Temos como certo que fazer política é ter propostas, ter projetos de lei, acompanhar as reivindicações das comunidades. Isto, sim, dá muito mais trabalho do que fazer discursos emocionais, oportunistas e ter posicionamento de primeira hora: manter a coerência ao longo dos tempos, manter o espírito de dizer que a missão política, como ciência, é das mais difíceis, muito mais do que a matemática, do que a física ou a química. Por que é muito mais difícil do que essas disciplinas? Porque fazer política é convencer cada ser humano e nós temos que respeitá-los. Por isso a política é muito mais difícil do que todas as ciências. Nós não vamos agradar todos, mas temos que mostrar coerência, trabalho, abnegação e mostrar que não se faz política de forma oportunista.

Este é um apelo que faço a todos os srs. parlamentares, para que não mais ocorra o que ocorreu ontem. Hoje já começaram de novo os ataques e acusações. Se alguém quiser dar exemplo político e tiver qualquer denúncia, para isso existe o Ministério Público, instância criada pela democracia deste país com a redemocratização, ou seja, existe a Justiça! Nós, políticos, devemos valorizar-nos, nivelar-nos por cima. Era isso, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda em Explicação Pessoal, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edison Andrino, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente e nobres srs. deputados, eu, que conheço o deputado Professor Grando há muito tempo, digo que ele é a nossa pomba da paz. Quem imaginaria o deputado Professor Grando aqui nos dando uma aula de religião, falando do cristianismo, da história de Galileu, da força da Igreja, fazendo referência à Bíblia.

Deputado Professor Grando, houve uma época em que os comunistas eram tidos como aqueles que comiam crianças e hoje v.exa. se converteu ao cristianismo. Então, o mundo mudou. O mundo mudou muito, deputado Professor Grando. Mas concordo com as colocações de v.exa., mesmo porque há uma afirmação sábia do grande filósofo Aristóteles. Quando lhe perguntaram qual era a ciência mais difícil e a mais fácil, ele respondeu que a mais fácil era a matemática e a mais difícil era a política. As pessoas se assustaram, porque a matemática é geralmente tida como a mais difícil. Ele ainda respondeu que a matemática era mais fácil, pois se você soma dois e dois, são quatro; se você multiplica três vezes três, o resultado é nove. Portanto, é fácil lidar com os números. Já a política é mais difícil, porque você lida com o sentimento do ser humano, com a vaidade, com as broncas, com o ódio, enfim, com todas as imperfeições humanas. Por isso que a política é a mais difícil das ciências.

Mas, srs. deputados e sr. presidente, trago à tribuna desta Casa, na manhã de hoje, um assunto que diz respeito à nossa região, deputado José Natal, a região da Grande Florianópolis, o maior aglomerado urbano de Santa Catarina. Florianópolis não é a maior cidade do estado, é a mais bela; a maior é Joinville. Economicamente falando, inclusive, há outras cidades mais importantes que Florianópolis, mas o aglomerado urbano que envolve os municípios que compõem a região da Grande Florianópolis faz com que ela seja a maior região metropolitana.

Digo isso, sr. presidente, para fazer referência ao grande trabalho que está sendo realizado pela secretaria de Desenvolvimento Regional, bem comandada pelo secretário Valter Galina, que tem uma história como engenheiro do Deinfra, antigo DER, e que agora conseguiu viabilizar, na prática, a sua pretensão política. Esse é um direito que todos nós temos, de tentar realizar os nossos sonhos, mas Valter Galina vem fazendo um belo trabalho à frente da secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis.

Trago rapidamente a esta Casa, sr. presidente, algumas obras realizadas pela secretaria de Desenvolvimento Regional, que hoje atende sem discriminação todas as prefeituras que compõem a região da Grande Florianópolis.

Em Governador Celso Ramos, a administração estadual, através da secretaria de Desenvolvimento Regional, inaugurou os dez quilômetros de asfalto da BR-101 até Areias de Baixo e Caieira do Norte; em Antônio Carlos, a pavimentação asfáltica de Três Riachos e o acesso a Rachadel; em Palhoça, a Praia do Sonho e avenida Nossa Senhora de Nazaré, no Alto Arriú.

Foram construídos 38 ginásios aqui na Grande Florianópolis, ou seja, uma série de obras que mostram o dinamismo da secretaria de Desenvolvimento Regional, através do companheiro Valter Galina. Os deputados Professor Grando e Marcos Vieira, que também representam essa região, são testemunhas do trabalho que vem fazendo o nosso companheiro Valter Galina.

Por isso, aproveito a oportunidade para cumprimentá-lo pelo trabalho que vem fazendo, atendendo sem discriminação, deputado José Natal, volto a afirmar, todas as prefeituras que compõem a região da Grande Florianópolis.

Espero que o nosso secretário continue a desenvolver esse trabalho, porque é o homem de confiança do governo do estado de Santa Catarina, e tenho certeza de que os frutos desse trabalho vão reverter em favor da população da Grande Florianópolis.

Mas, sr. presidente, nesses quatro minutos que me restam, quero trazer a esta Casa um assunto que considero muito sério e que diz respeito à Assembleia Legislativa, deputado Joares Ponticelli, que é o famoso projeto autorizativo.

Passei por esta Casa como deputado estadual em 1983, 1984 e 1985, depois saí para ocupar a Prefeitura Municipal de Florianópolis, eleito em 1985.

Na época não havia essa questão de projeto autorizativo, mesmo porque toda a lei elaborada é feita - e nós que passamos pela Câmara Municipal, pela Assembléia Legislativa e pelo Congresso Nacional - para ser cumprida na sua integralidade. Não existe essa coisa de fazer uma lei de brincadeira, para fazer de conta, para dar uma satisfação a quem nos pede e colocar o Executivo na parede, independentemente de quem seja o governador.

Lei não é autorizativa, é determinativa, somos todos obrigados a cumpri-la. Fui surpreendido em algumas comissões das quais faço parte nesta Casa pelo fato da comissão de Constituição e Justiça, ao levantar a inconstitucionalidade de uma proposta, dizer que se for transformada em autorizativa, poderá ser aprovada. Eu fui surpreendido com isso.

Eu espero que a comissão de Constituição e Justiça reveja essa posição, porque, na realidade, nós aprovamos as leis e o Executivo não tem alternativa a não ser vetá-las ou sancioná-las. Por mais que ele não concorde com a idéia, com a proposta, com o conteúdo daquilo que foi aprovado, não tem alternativa, porque a competência da aprovação é desta Casa. Se o Executivo veta, esta Casa, na grande maioria das vezes, rejeita o veto e coloca o Executivo numa situação complicada.

Então, o deputado autor da proposta dá uma satisfação para quem pleiteou, para quem sugeriu a medida, dizendo que fez a lei, ela foi aprovada, o governador vetou, mas ela foi promulgada pelo Parlamento. Depois, o governador cumpre se quiser, depende dele.

Esta Casa não pode ficar com a marca de que as leis que aprova não são feitas para ser cumpridas! Nós temos que acabar com isso.

O Sr. Deputado Professor Grando - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Pois não, deputado Professor Grando.

O SR. Deputado Professor Grando - Já existem juristas que deram parecer, deputado Edison Andrino, de que a lei autorizativa passa a ser uma indicação. Já há essa colocação. Realmente toda lei autorizativa coloca o Poder Executivo, seja ele municipal, estadual ou federal, realmente numa questão orçamentária, numa questão do cumprimento da lei.

Eu tenho procurado, como relator de alguns projetos que são interessantes, importantes, dizer que transformem aquela lei autorizativa em indicação. Alguns aceitaram, outros não, mas é a grande discussão que está sendo travada neste momento na Casa. Eu tenho o entendimento de que a lei tem que ser determinativa. Sendo autorizativa ela pode ser aceita como uma indicação, para que o Poder Executivo encaminhe, se quiser, projeto de lei determinativa.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Eu agradeço o seu aparte.

Se v.exa. se deparar com uma proposta que não é constitucional e proposer, através de indicação, que o Executivo elabore um projeto de lei, o autor da iniciativa será o deputado. Agora, esta Casa não pode continuar aprovando leis autorizativas. Não existe isso!

Então, sr. presidente, eu faço um apelo à Mesa desta Casa, para que, através da comissão de Constituição e Justiça, reveja essa questão, porque nós estamos legislando de verdade e não legislando de brincadeira.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Professor Grando - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o sr. deputado Professor Grando.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - O nosso companheiro e amigo Edison Andrino colocou que, como comunista, hoje temos religião. O comunista pode ter religião, pode torcer por time de futebol, não há problema algum. O marxista é que, por concepção, é ateu. Mas essa é outra discussão sobre concepções e tabus.

Mas eu quero aproveitar para lembrar a todos que hoje, no *hall* da Assembléia Legislativa, comemoraremos os 86 anos da criação do Partido Comunista do Brasil. Será um ato de confraternização em torno do PCB, que em 1958, no seu congresso, fez toda uma reformulação doutrinária. No entanto, caminhamos juntos na concepção de uma esquerda democrática, livre e unida.

Nós queremos prestigiar o evento e faremos todo o possível para estar presente, em função da história do partido e da proposta solidária e fraternal de um mundo mais justo e correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Fica feito o registro para o evento de comemoração dos 86 anos do Partido Comunista Brasileiro, hoje, às 19h, aqui no *hall* da Assembléia Legislativa.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado José Natal, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos prestigiam através da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital,

Deputado Edson Andrino, eu, quando cheguei a esta Casa oriundo da Câmara Municipal do meu querido município de São José, onde estava na quinta legislatura como vereador, ao ser inserido como membro das comissões de Finanças e Tributação e de Trabalho e Meio Ambiente desta Casa percebi algumas dessas situações que v.exa. acabou de fazer referência e fiquei assustado. Até fiz um questionamento na época e fui mal interpretado. Nesta Casa agora temos que tomar cuidado, porque tudo o que se diz querem levar à comissão de Ética. Estão querendo mandar-me embora rapidamente, mas eu não vou calar-me, eu vou continuar assumindo as minhas posições.

Mas, como dizia, à época fiz um questionamento perguntando como um deputado podia aprovar um projeto mesmo sabendo que ele era inconstitucional. A justificativa era de que iria beneficiar a sociedade de Santa Catarina. Isso aconteceu nesta Casa no meu primeiro mês de mandato! E eu fiquei assustado porque diziam: "É inconstitucional, mas vamos aprovar porque é bom para a sociedade catarinense!"

Nós, quando vereador, tínhamos muita vontade de resolver os problemas da nossa comunidade. Na época cometemos alguns deslizos, mas as comissões, ao firmarem os seus pareceres, não aceitavam, exatamente pelo que foi dito pelo deputado Edison Andrino, ou seja, porque no Legislativo são feitas leis e elas devem ser cumpridas. Não são leis de brincadeira.

Tenho feito comentários com alguns amigos sobre projetos que eu acho absurdos. Até comentei em rodas de amigos que existem deputados que sonham à noite e fazem o projeto sabendo que é inconstitucional, lamentavelmente!

Nessa linha eu comungo com v.exa. Foi comentado, no final do ano passado, que essa questão deveria ser revista. Eu até brinquei, numa determinada situação, dizendo que parecia uma ação entre amigos. Quando o partido era um e o relator era do mesmo partido, ele considerava o projeto constitucional, mas quando o projeto era de um deputado de outro partido, era inconstitucional. Isso aconteceu e eu levantei esse problema na comissão de Finanças, da qual eu faço parte.

Então, deputado Elizeu Mattos, as coisas que nós fazemos e dizemos aqui são muito sérias, porque ecoam no ouvido das pessoas: algumas entendem da forma correta, mas outras podem entender mal e colocar para a sociedade de Santa Catarina uma interpretação errada.

Mas, lamentavelmente, tenho passado por coisas nesta Casa que eu jamais imaginei. Levantei aqui o problema dessa malfadada situação de perseguição ao governador do estado de Santa Catarina. Eu entendo como uma perseguição! É uma posição minha! E falei do representante do PP, o advogado Gley Sagaz, dizendo que ele devia para a sociedade de Santa Catarina. Na semana seguinte, pelo jornal, ele saiu dizendo que iria processar-me.

Mas eu pergunto aqui, srs. catarinenses: o advogado Gley Sagaz está cumprindo a pena no Hospital Infantil Joana de Gusmão para a qual ele foi condenado? Acredito que não porque durante toda a semana ele esteve em Brasília, novamente, tentando atacar o governador de Santa Catarina. Pelo que sei, ele não a está cumprindo! Então, para mim ele é um apenado foragido, até prova em contrário.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado José Natal, sendo rápido, gostaria de dizer que v.exa. afirmou agora que parece que falamos aqui que nos queremos calar. Não podemos falar certas coisas que podemos correr o risco de ser mandados embora ou ter os mandatos cassados. Se existe isso - e quero acreditar que não exista - é porque há gente que, no passado, fez escola e aprendeu muito bem esse lado do mal, porque num passado não muito distante calava-se nos porões da ditadura e cassavam-se os mandatos. E há gente que, se não estava na escola naquele momento, alguém ou um chefe que participou daquele momento ensinou. O triste é que pessoas só aprenderam este lado ruim que já varremos da história do nosso Brasil: ou calar por calar as pessoas ou cassar os seus mandatos. Isso foi numa época e esses que estão levantando hoje participaram desse momento triste da história do Brasil.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Deputado Elizeu Mattos, o que eu disse aqui é verdade. Ontem, a bancada do PP entrou com uma representação na Mesa para me acionar na comissão de Ética porque disse desta tribuna que o deputado Joares Ponticelli, que está aqui... E é um milagre ele estar aqui nesta hora! Isso é muito milagroso! O deputado Joares Ponticelli veio aqui a esta tribuna, com a Casa cheia, e não falou a verdade para as pessoas, no meu entendimento. E se tem algum tipo de discordância quanto ao projeto do lprev, que dissesse desta tribuna: "Olha, há esse artigo com o qual não concordo porque vai prejudicar o funcionalismo público como um todo e a minha proposta para arrumarmos um meio de resolver é essa que está aqui". Mas ele não traz proposta nenhuma, também não discute lá na comissão onde discutimos todas as situações, e morre por lá.

Então, já pedi para me acionar na comissão de Ética, mas não vou amedrontar-me porque um deputado que chega aqui na tribuna atacando o governo do estado, o governador Luiz Henrique da Silveira, e nós, deputados, dizendo que tem que sair algemado para os porões, com prisão perpétua... Isso é grave e eu não posso deixar sem uma resposta!

Eu vim para cá como deputado para fazer algo de bom para o estado de Santa Catarina, apontando as falhas, sim. E mesmo quando for Oposição, tentarei trazer as soluções.

Agora, dizer que: "Nós, da Oposição, estamos de olho, vigilantes". Mas que tipo de vigilância é essa que não ajudam a trazer soluções e só vêm falar de coisas ruins aqui dentro, porque nos demais lugares deste estado, e fora dele, só se fala bem do governador e de Santa Catarina. Mas aqui essa Oposição mesquinha, praticada, especificamente, e posso dizer, pelo deputado Joares Ponticelli, é que realmente tem causado situações desagradáveis no Parlamento.

Se ele se diz tão vigilante, por que não vem a esta tribuna - até porque é uma questão nacional e interessa a todos nós, brasileiros e catarinenses - falar da questão das ONGs, sobre as quais foi feita uma CPI, mas estão levando na maciota até agora e nada foi feito!

Por que o deputado não vem aqui, se é que lê jornais, e sei que lê, falar no rombo de R\$ 13 milhões que uma ONG deu novamente, dinheiro especificamente para a saúde indígena. E gastaram os R\$ 13 milhões, mas não foi gasto um só centavo em favor da saúde indígena deste país. E ele sabe!

Na última segunda-feira, em nível nacional, lamentavelmente, o Sindicato dos Bancários do Estado de São Paulo levou um rombo de milhões de reais e as obras estão paralisadas; eram construções populares de cooperativas. Deram um rombo, o sindicato está quebrado e foi dito, e comprovado, que foram colocados R\$ 84 milhões para o PT em nome do Ricardo Berzoini. Se ele está realmente vigilante, esse assunto interessará à sociedade brasileira. Nós não queremos que aconteça, mas temos que comentar isso aqui e combater. É lógico que o mais importante é a questão de Santa Catarina, onde temos o poder de legislar, de fazer leis para resolver os problemas.

Mas eu não vou calar-me com isso. Na minha vida pública, nunca empresário nenhum colocou a mão nas minhas costas para me ajudar. Estou aqui, deputado Elizeu Mattos, com 22.422 votos de cidadãos dignos, que me conhecem realmente e sabem como eu faço política.

E o deputado, com esse jogo baixo de querer representar contra mim na comissão de Ética, não vai calar a minha boca de jeito nenhum! Desta Casa, catarinenses, eu tenho telefonado para o prefeito Dário Berger, para o prefeito Ronério Heiderscheidt, para o prefeito do meu município - e, lamentavelmente, tenho encontrado dificuldade de contatá-los -, para resolver problemas da sociedade local, que tem dificuldade de acesso a essas pessoas ou ao secretariado.

Eu tenho muita consciência do que faço, agora não assomo à tribuna para agredir as pessoas gratuitamente, não! Nunca fiz isso e não irei fazer! No afã, talvez, do discurso, diz-se uma palavra que regimentalmente que não pode ser dita, mas eu entendo que não ofende realmente quem tem dignidade e caráter.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Eu queria pedir a v.exa. que fizesse a verificação de quórum porque eu já estava falando para três deputados nesta Casa e vamos ficar novamente em poucos deputados: eu, o deputado Joares Ponticelli, o deputado Professor Grandó e o deputado Sargento Amauri Soares.

Portanto, gostaria de pedir a v.exa. a verificação de quórum, que é regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Nobre deputado, já foi concedida a palavra ao deputado Joares Ponticelli. Após o pronunciamento do deputado faremos a verificação de quórum.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, lamentavelmente, vou dizer a v.exa. que não é verdade. V.Exa. concedeu a palavra, mas ele não havia iniciado o seu pronunciamento. Eu não quero ser deselegante, mas vamos fazer as coisas às claras. Segundo alegam aqui, existe um Regimento a ser cumprido e devemos cumpri-lo!

Fica aqui o meu protesto. V.Exa. tem comandado com muita elegância e serenidade todas as sessões desta Casa, diga-se de passagem, como os demais. Espero, se eu não for ouvido, que pelo menos a sua consciência diga que o deputado José Natal está correto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham neste plenário e catarinenses que, através da TVAL ou ouvindo a Rádio Alesc Digital, puderam assistir, neste momento, como se comportam alguns defensores do governo nesta Casa. Foi triste e lamentável o que acabamos de ver agora: um deputado que se diz democrático querer derrubar o quórum para impedir que este deputado, regimentalmente inscrito e pronto para falar, pudesse fazer uso da tribuna.

É importante que o cidadão catarinense que nos acompanha aqui e aqueles que nos assistem pela TV Assembleia façam um raciocínio agora, porque através dessa manifestação do deputado que me antecedeu, diante de tudo aquilo que ele falou durante os dez minutos e da atitude que acabou de ter, pode-se comprovar o caráter, ou a falta, de quem vem aqui, fala blablablá e no momento seguinte, segundos depois, age em desacordo a tudo aquilo que pregou. É muito bom discutir ética comparando esse tipo de comportamento.

Aliás, ontem, esse mesmo deputado já veio à tribuna para fazer o seu dever diário, senão o governo o manda para casa, dizendo um monte de inverdades. Hoje ele veio aqui novamente fazer mais um monte de afirmações que eu não vou contestar porque, como disse ontem, respeito a maioria esmagadora dos membros do governo nesta Casa. Mas há dois ou três que foram escalados para tentar desqualificar o debate, para tentar baixar o nível, e eu não vou entrar nesse tipo de discussão. Para a maioria do governo eu respondo e faço o bom debate; a dois ou três eu vou agir como se deve agir com quem vem aqui apenas para cumprir a vontade de outro e com o objetivo claro de desqualificar os seus pares. Portanto, é miúdo demais para responder àquele que me antecedeu nesta tribuna. Eu quero falar de coisas mais importantes que precisam ser abordadas aqui nesta Casa.

A Constituição Federal determina aos governos que promovam anualmente a revisão geral dos salários, deputado Sargento Amauri Soares. De 1999 a 2002, no governo que antecedeu Luiz Henrique da Silveira, essa revisão foi feita, mesmo com a dificuldade que aquele governo encontrou de ter de pagar três folhas de pagamento deixadas pelo governo do PMDB.

Nós promovemos, no governo de Esperidião Amin, as revisões, que somaram, ao longo de quatro anos, deputado Sargento Amauri Soares, 28,5% de reposição das perdas salariais. É verdade que não houve nenhum aumento salarial; é verdade que não houve nenhum acréscimo; é verdade que não houve nenhuma elevação; mas também não ocorreram perdas. O governo realizou todas as revisões de salário, num total de 28,5% em quatro anos.

Durante os seis anos do governo atual, do governo Luiz Henrique, não foi promovida até agora nenhuma revisão anual de salários, e os índices são os seguintes, deputado Sargento Amauri Soares: taxa de inflação, segundo o IPCA, de 2003, 9,30%; de 2004, 7,54%; de 2005, 5,88%; de 2006, 3,14%; de 2007, 4,30%. Isso soma, ao longo do governo Luiz Henrique da Silveira, um percentual global de 32,87%, deputado Sargento Amauri Soares. As perdas acumuladas pelo servidor durante o governo Luiz Henrique da Silveira, do primeiro e segundo governos, somam 32,87%. Essa é a inflação desse período de seis anos.

Nesse mesmo período, o governador concedeu a todos os servidores ativos e inativos apenas 1% de reposição salarial. É verdade que o governo concedeu abonos ao magistério, por exemplo, e agora pretende instituir o Prêmio Educar, que nada mais é do que a reinvenção do Pó-de-Giz. É verdade que ele implementou parte da Lei Complementar n. 254, deputado Sargento Amauri Soares, a lei da Segurança Pública, e que ele não cumpriu na integralidade ainda. Mas também é verdade que ele não promoveu a revisão anual dos salários que, como disse, soma 32,87% de perdas nesse período.

E o art. 37 da Constituição Federal, no inciso X, é muito claro. Diz o texto:

(Passa a ler.)

"Art. 37 - [...]"

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;" [sic]

Como o governo está descumprindo mais um dispositivo constitucional, desta feita o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, e não está promovendo anualmente a revisão anual dos salários, informamos a v.exas. que concluímos a ação direta de inconstitucionalidade por omissão que estaremos impetrando na próxima segunda-feira.

Os partidos políticos têm essa prerrogativa de ingressar com ações diretas de inconstitucionalidade. E na próxima segunda-feira, o PP estará ingressando, deputado Sargento Amauri Soares, com essa ação direta de inconstitucionalidade por omissão, por descumprimento de dispositivo constitucional pelo atual governador durante seis anos consecutivos.

Então, esse é o debate que nós queremos. E em cada cobrança que fazemos aqui - porque esse é o papel da Oposição, deputado Sargento Amauri Soares -, o governo tem que fazer o seu papel, tem que enaltecer as coisas boas do governo, tem que divulgá-las, tem que as tornar públicas. E a Oposição tem que fazer o seu papel de fiscalizar.

A fiscalização, o governo não deixa que façamos, tanto que abortou três CPLs - e vejo estudantes aqui. No atual governo Luiz Henrique, três foram as CPLs constituídas nesta Casa, e a CPI é pelo princípio do legislador! Qual era a intenção do legislador? Criar um instrumento de fiscalização para as minorias. Por isso que apenas 1/3 de assinaturas são necessárias para constituir uma CPI.

Nós constituímos três CPLs em cima de denúncias graves, de atos graves praticados por este governo. A primeira foi a do Balé Bolshoi. A segunda, do Aldo Hey Neto, aquele assessor do quase santo Luiz Henrique. Encontraram no apartamento dele R\$ 2 milhões, mais dinheiro do que aquele que derrubou a candidatura da Roseana Sarney. E o governador não deixou a Assembléia investigar. Ninguém sabe onde escondeu o Aldo Hey Neto, nunca disse de onde vieram aqueles R\$ 2 milhões nem para onde iriam. A terceira foi a CPI da Casan, com comprovação, com 30 pessoas entrando na Justiça dizendo que trocaram votos por cano e entraram pelo cano. E o governo também não deixou investigar.

Isso é governo democrático? Esse é o governo que eles defendem? E aí, deputado Sargento Amauri Soares, quando vimos aqui cumprir com o nosso papel constitucional, necessário, de fazer oposição - é para isso que estamos aqui, é para isso que somos bem remunerados -, o governo escala dois ou três para tentar denegrir, para tentar baixar o nível, para tentar desqualificar o debate. E quando não tem jeito, vem um deles aqui tentar derrubar o quórum, lamentavelmente...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado José Natal - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado José Natal.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, eu gostaria que a sociedade de Santa Catarina soubesse que eu agi dentro do que determina o Regimento.

Quero também responder ao deputado Joares Ponticelli, dizendo que eu e os deputados Professor Grandó, Sargento Amauri Soares, Elizeu Mattos e, às vezes, Sílvio Dreveck somos os únicos que ficamos nas sessões do início ao fim. Raras foram as vezes em que eu me ausentei, mas não é o que acontece com o nobre deputado Joares Ponticelli, que vem para cá cantar de galó!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Nobre deputado, só devo esclarecer que a palavra já havia sido concedida ao deputado Joares Ponticelli e por aquiescência do deputado foi permitido a v.exa. falar pela ordem.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quanto à questão de ordem levantada pelo deputado José Natal, gostaria de dizer que, na verdade, alegra-nos que o deputado esteja lendo o Regimento. É bom que todos tenhamos o Regimento. Não há nada que venha denegrir o encaminhamento da Presidência, com certeza, e quero acreditar assim. Mas o deputado José Natal fez o pedido de verificação de quórum devido ao baixo quórum e até pelas pessoas que nos estão visitando e que vêm pouca gente escutando e as cadeiras aqui vazias. Não havia quórum mesmo, e ele não fez nada de ilegal solicitando a verificação de quórum.

Portanto, quero apenas deixar claro que não houve nada de ilegal nessa questão. Ele fez uma coisa que é normal, é de praxe e está dentro do Regimento. E acho que até preservando o discurso do deputado Joares Ponticelli, com maior público e maior número de parlamentares neste encerramento de semana.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, só para cumprir a v.exa., pois não esperava outro comportamento de v.exa. que não esse de usar estritamente o Regimento Interno desta Casa, mostrando que no tacão não se derruba a sessão.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Pedimos a palavra, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra o sr. deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sr. presidente, srs. deputados, demais pessoas que estão aqui presentes, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, minha saudação.

Srs. deputados, até para dar uma acalmada, um conforto aos nossos amigos, quero falar sobre uma matéria publicada no *Diário Catarinense*, que versa sobre a qualidade no turismo e que revela a 4ª Pesquisa Anual de Conjuntura Econômica do Turismo, realizada pela Fundação Getúlio Vargas junto às 92 maiores empresas brasileiras do setor.

(Passa a ler.)

"Essas empresas empregam cerca de 90 mil pessoas no território nacional e faturaram no ano passado R\$ 34 bilhões, 14,8% a mais do que em 2006, quando a atividade já havia registrado um crescimento considerável de 29,3% na comparação com 2005."

Defensor da indústria do turismo que somos por pertencer a uma cidade na qual a nossa indústria, deputado José Natal, é o turismo, a matéria nos chama a atenção para ficarmos atentos e focados no desenvolvimento desse grande produto, dessa grande maravilha que temos em nossas mãos, que é a cidade de Balneário Camboriú.

Mas falamos também dessa maneira pensando no desenvolvimento turístico, na atenção que temos que dar a esse belo lugar que temos. A nossa responsabilidade como parlamentares é de continuar fomentando, apoiando, desenvolvendo, fazendo com que o governador Luiz Henrique da Silveira venha ter as atitudes, as ações que dêem a Santa Catarina o destino que merece para transformar ainda mais este estado para que possa receber mais pessoas oriundas do turismo nacional e também do turismo internacional.

A matéria coloca ainda que:
(Continua lendo.)

"O turismo cresce em praticamente todos os cantos do planeta, no rastro da fabulosa expansão econômica que o mundo viveu nos seis anos. [...]"

A Organização Mundial do Turismo (OMT) prevê que 2008 será ainda melhor do que 2007, quando a indústria do turismo cresceu 6% no mundo em relação a 2006..."

Daí a questão globalizada. Mas o interessante desta matéria, deputado José Natal, e isso nos toca porque como agentes políticos temos a responsabilidade de desenvolver o nosso papel, é o seguinte:

(Continua lendo.)

"Para seguir surfando nessas boas ondas, e para melhorar seu desempenho, o estado" (e aí quando falo de estado falo de todos os destinos, de todas as nossas cidades, litorâneas ou cada qual com sua questão temática) "deve seguir as recomendações da OMT, segundo as quais a atividade não pode ser dissociada do restante da economia. Ou seja, o turismo não terá qualidade e não proporcionará um retorno financeiro substancial e vantajoso se as cidades não estiverem dotadas de infraestrutura capaz de bem atender moradores e visitantes, se a exploração das atrações naturais entrarem em choque com o preceito de preservação ambiental, e se os visitantes não se sentirem plenamente recompensados pelos serviços prestados e experiências vividas. Há que se levar em conta tais recomendações, pois em muitos dos nossos pólos turísticos o que temos visto, mormente na alta temporada, é o compartilhamento de atribulações por parte de residentes e turistas: o trânsito caótico, a falta sistemática de água potável, a multiplicação dos furtos e assaltos."

E daí, deputado Sargento Amauri Soares, nós falávamos ontem sobre a questão dos presídios, aquela ação dos parlamentares que vieram aqui em cumprimento da CPI, da falta do cumprimento da Lei de Execução Penal.

E nós dissemos: "Espera aí, mas isso não é novidade nenhuma, quem é que não sabe que os presídios estão superlotados? Quem é que não sabe que nós temos essa falta de vagas?" A propósito, escutei aqui que estávamos recebendo estudantes de Direito. A Lei de Execução Penal que visa à ressocialização, à readequação, que tem que cumprir a segregação, que tem que dividir por tipo de pena, por tipo de delito, por sentenciado daquele que está esperando o julgamento, que tem que separar por sexo, que tem que dar condição do delinqüente ser ressocializado e voltar à comunidade, não é cumprida em nosso país. E também não é diferente em nosso estado.

Nós temos um sistema carcerário caótico, que não consegue atender as demandas nem dos mandados que já foram cumpridos, que dirá dos que estão ainda por cumprir. Há pressão da sociedade para que se tenham políticas eficientes que combatam a criminalidade e a falta de estrutura do governo para poder receber isso e dar o tratamento devido. Quer dizer, é um caos total!

Isso irá passar para um novo modelo, por uma nova observação e faz-se necessário que o novo administrador público abra a sua visão, a sua mente e passe a compreender o modelo de gestão e administração do estado, pois temos que separar estado de governo e se o modelo está sendo devido, adequado.

Briga-se e com razão. O servidor público briga pela recuperação das perdas salariais e o policial vive hoje um drama na busca de um pretensão direito. E nós não conseguimos sequer cumprir esse pretensão direito, que dirá colocar estruturas necessárias nas ruas. Mas não temos também, como governo e administradores, a condição de assumir essa triste realidade e de apresentar propostas de políticas públicas que dêem soluções.

Então, ao administrador do futuro fica o desafio de abrir o seu entendimento de modelo de gestão para que possa apresentar políticas eficientes. E lá nos municípios, onde vivem as pessoas, que as respostas possam ser imediatas, concretas, acertadas e precisas. E que na dinâmica da vida não venhamos a admitir que o modelo que existe continue sendo praticado porque nós estamos brincando com o tempo de vida das pessoas. Isso é que tem que ser observado! Estamos brincando com o tempo de vida das pessoas! E não tem que ter governo "a", não tem que ter partido "a", "b", "c" ou "d", ou essa briga partidária que faz parte do conjunto político. Não é isso que a comunidade quer, não é isso que irá trazer resultados, mas, sim, as

propostas e ações concretas que possam levar você que está lá na sua casa, que vive a situação de insegurança, de desconforto pela falta de responsabilidade do administrador público, da falta estrutural de sua cidade, no trânsito caótico, no professor que é mal remunerado, na atenção que não chega à Saúde, quando se tem que ficar quatro, seis, oito, dez, 12 meses esperando por uma consulta médica, e os discursos políticos sendo proferidos, mas as ações que são necessárias não acontecem!

Este é o desafio para o futuro administrador, deputado presidente Dagomar Carneiro. Que venhamos a observar o modelo de gestão político-administrativo com seriedade, com responsabilidade, de forma que o nosso povo, que a nossa sociedade, que as nossas comunidades e que a população catarinense, acima de tudo, está esperando.

Minha saudação a todos os catarinenses. Um bom final de semana e que Deus os abençoe!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Só quero deixar as coisas bem claras. Se não estou enganado, ontem, no final da tarde, v.exa. presidia a sessão e o ex-líder do Partido Progressista, o deputado Kennedy Nunes, amigo e partidário do deputado Joares Ponticelli, pediu verificação de quórum neste plenário. E v.exa., com maestria, atendeu o pedido, verificou que havia nove deputados e constatou que havia quórum regimental.

Só queria fazer este registro, porque daqui a pouco o deputado pode vir fazer discurso aqui que estão querendo cassar a sua palavra. E ontem, o seu ex-líder, deputado Kennedy Nunes, pediu verificação de quórum, usando o Regimento Interno, o que também não condeno, pois é regimental. Só para deixar claro que pimenta nos olhos dos outros não arde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Sem dúvida, deputado, a questão de pedir verificação de quórum é um direito de todo parlamentar, mas esta Presidência tem que prezar pela democracia no Parlamento catarinense. Também justifica que ontem não havia concedido ainda a palavra ao deputado que iria ocupar a tribuna. E a verificação de quórum hoje foi pedida após o deputado já estar na tribuna.

Continua livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais oradores que queiram fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 19 horas, em Rio do Sul.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DA PROCURADORIA

Fábio Magalhães Furlan - Procurador Presidente
Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1638ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1638ª sessão ordinária. Presentes: Doutores Anselmo Inácio Klein, Maria Margarida Bittencourt Ramos, Luiz Alberto Seccon, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, José Buzzi, Nazarildo Tancredo Knabben, Fausto Brasil Gonçalves, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior, o procurador-geral retirou-se, sendo então conduzida a reunião pelo procurador-geral adjunto Dr. José Carlos da Silveira. 1) Relatoria do Dr. Anselmo Inácio Klein, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0367/08, de Mário Roberto Bott Hablitzel; Processo n.º 0393/08, de Joacir Montagna; Processo n.º 0303/08, de Zany Estael Leite e Processo n.º 0042/08, de Ana Rita Moriconi de Souza. Saiu de pauta, com pedido de vista do Dr. Luiz Alberto Seccon Processo n.º 2348/07, de Rosa Maria Spritze. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0365/08, de Stela Maria Martins da Silva; Processo n.º 0394/08, de Cristiani Luchi Silveira; Processo n.º 2347/07, de Moacir Montibeller e Consulta - Of. CL n.º 076/08 de 17/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "editado para exame e aprovação - aquisição de aparelhos de Ar Condicionado SPLIT". 3) Relatoria do Dr. Luiz Alberto Seccon, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0297/08, de Scheyla Gonçalves da Silva; Processo n.º 0375/08, de Bernadete Rebelo de Souza; Processo n.º 0285/08, de Ivo Reduzino Flor e Processo n.º 0287/08, de Márcio Luiz Pavan. 4) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Júnior, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0324/08, de Carlos Roberto Silveira; Processo n.º 0376/08, de Paulo Flávio Lauxen; Processo n.º 0368/08, de Mário Soares; Consulta - Of. CL n.º 079/08 de 12/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "aquisição de forros para o Anexo da ALESC" e Consulta - Of. n.º 036/08 de 12/03/08, Interessado: Deputado Nilson Gonçalves "desincompatibilização de servidor público para concorrer cargo eletivo". 5) Relatoria do Dr. José Buzzi, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0364/08, de Cristina Ligocki Pinto Weschenfelder e Processo n.º 0373/08, de Laércio Arceno Corrêa. Retirado de pauta pelo relator Processo s/nº - Of. n.º 049/08 de 19/03/08, Interessado: Deputado Sargento Amauri Soares "solicita relação das entidades do Município de Içara que receberam subvenção social da ALESC de 2005 a 2007". 6) Relatoria do Dr. Nazarildo Tancredo Knabben, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0387/08, de Jackson da Silva Silveira; Processo n.º 0389/08, de Carlos Antônio Blossfeld e Processo n.º 0371/08, de Gerson Rodrigo de Bandeira Pamplona. 7) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo n.º 0329/08, de Robério de Souza; Processo n.º 0366/08, de Marcelo de Paula Ribeiro; Processo n.º 0390/08, de José Geraldo da Silva; Processo n.º 0317/08, de Sabrina Roberta Schmitz; Processo n.º 2227/07, de Vânia Maria Carriço de Oliveira Cervi; Consulta - Of. CL n.º 074/08 de 11/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "aquisição de carpet e látex para o Plenário da ALESC" e Consulta - Of. CL n.º 097/08 de 24/03/08, Interessada: Coordenadoria de Licitações "convênio SECOM". 8) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0388/08, de Aníbal Cantalício Estanislau; Processo n.º 0370/08, de Gilberto Simões de Bona e Processo n.º 0304/08, de Alcenir Duarte. Neste momento, o procurador-geral, Fábio de Magalhães Furlan retorna a reunião, voltando a conduzir os trabalhos da Mesa. 9) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovados pareceres, por unanimidade, aos processos: Processo n.º 0372/08, de Célio Teodoro Dias; Processo n.º 0391/08, de Marcelo Augusto Costa Richard e Processo n.º 0315/08, de Almerinda Lemos Thomé. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada a sessão, convocando outra, ordinária, para o próximo dia dois (02) de abril. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presentes. Sala das Sessões, em 26 de março de 2008.

*** X X X ***

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e oito, às nove horas e trinta minutos, sob a presidência do deputado Jorginho Mello, foram abertos os trabalhos da 7ª reunião ordinária da Comissão de Finanças e Tributação, contando com a presença da senhora deputada Odete de Jesus e dos senhores deputados: Renato Hinnig, Flavio Regagnin, Décio Góes, Silvio Dreveck, Gelson Merisio e Manoel Mota. Ato contínuo, o Presidente colocou em votação a ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão, que foi aprovada por unanimidade. Com a palavra, o deputado Silvio Dreveck relatou o seu voto vista ao PL./0590.1/2007, acompanhou o parecer da relatora deputada Odete de Jesus, mas, colocou uma emenda modificativa, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Jorginho Mello relatou o Ofício 0063.1/2007, em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Informou também, que as audiências públicas serão agendadas na próxima reunião. Não havendo nada mais a tratar, o presidente deu por encerrado os trabalhos da reunião, dos quais eu, Silvio Nestor de Souza, chefe de secretaria, digitei a presente ata, que após aprovada por todos os membros, será assinada pelo presidente da Comissão e posteriormente publicada no Diário desta Assembleia.

DEPUTADO JORGINHO MELLO

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

O Pregoeiro da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria n.º 244/2008, comunica que, atendidas as especificações constantes do edital próprio, a licitação modalidade Pregão n.º 005/2008, referente à aquisição e instalação de equipamentos de ar condicionado e sistemas de drenagem, obteve o seguinte resultado:

Item único -Aparelhos de ar condicionado e sistema de drenagem
 Vencedora: ZACCHI - COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES E SERVIÇOS LTDA.

Valor do Último Lance: R\$ 79.800,00

Florianópolis, 01 de abril de 2008.

VALTER EUCLIDES DAMASCO

PREGOEIRO

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, n.º 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 14 de abril de 2008, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 010/2008, destinado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE ESTANDE COM 40M² NA FEIRA DA ESPERANÇA, QUE FUNCIONARÁ NAS DEPENDÊNCIAS DO CENTRO DE CONVENÇÕES DE FLORIANÓPOLIS (CENTRO SUL), COM O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 14 de abril de 2008.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala n.º 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 28 de março de 2008.

Lonarte Sperling Veloso
 Coordenador de Licitações

*** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO CL Nº 033/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 011/2008, celebrado em 19/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Prodoctor Comércio Equipamentos Odontológicos E Serviços Ltda

OBJETO: aquisição e instalação de equipamentos nos Consultórios Odontológicos da ALESC.

VIGÊNCIA: entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão nº 001/2008 e Autorização para Processo Licitatório n.º 013/2008, partes integrantes deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 19 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Sr. Afonso dos Santos e Sra. Ana Maria Pinotti dos Santos - Sócios PRODOCTOR

*** X X X ***

EXTRATO Nº 035/2008

REFERENTE: Convênio CL n.º 001/2008-00, celebrado em 27/03/2008.

1º CONVENIENTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC

2º CONVENIENTE: Secretaria de Estado da Comunicação de Santa Catarina - SECOM

OBJETO: proporcionar a ALESC o acesso ao uso do Cadastro de Veículos de Comunicação instituído pelo Decreto nº 876, de 30 de novembro de 2007.

PRAZO: 27/03/2008 a 31/12/2009.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores; e autorização administrativa.

Florianópolis, 27 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente da ALESC

Derly Massaud de Anuniação - Secretário da SECOM

*** X X X ***

EXTRATO Nº 036/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 014/2008, celebrado em 31/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: SEPROL COMPUTADORES E SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Aquisição e instalação de equipamentos e software para realização do projeto de segurança eletrônico da Alesc, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos e Proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).

PRAZO: Compreendido entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas pertinentes ao objeto do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 1144 (Manutenção Serviços Administrativos Gerais) e dos itens orçamentários 3.3.90.39.25 (serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins), 3.3.90.39.94 (aquisição de softwares de aplicação), 4.4.90.52.24 (equipamentos de proteção, segurança e socorro) e 4.4.90.52.35 (equipamentos de processamento de dados), todos do orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 003/2008, e Autorizações da autoridade competente no Processo Licitatório n.º 005/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 31 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Genésio Hoffmann / Andrei Garcia - SEPROL

*** X X X ***

EXTRATO CL Nº 037/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 015/2008, celebrado em 31/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Jobema Indústria e Comércio de Móveis Ltda.

OBJETO: aquisição de mobiliários diversos, com instalação e montagem no local, todos da marca JOBEMA, de acordo com as especificações constantes nos lotes n.º 02 e n.º 03 do Edital CL 004/2008, seus anexos e, com as condições propostas no Contrato.

VALOR GLOBAL: R\$ 27.672,70 (vinte e sete mil seiscentos e setenta e dois reais e setenta centavos).

VIGÊNCIA: compreendida entre a data da assinatura do Contrato, data 31/03/2008 até o recebimento definitivo do objeto, estendidos seus efeitos até o decurso do prazo de garantia dos mesmos.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Edital de Pregão Presencial CL nº 004/2008, e Autorização para Processo Licitatório n.º 0059/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 31 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Valdeci João Marques - Jobema

*** X X X ***

EXTRATO Nº 038/2008

REFERENTE: Contrato CL n.º 013/2008, celebrado em 19/03/2008.

CONTRATANTE: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: ADRIANA CRISTINA DA SILVA DE SOUZA INFORMÁTICA - ME

OBJETO: aquisição de equipamentos de projeção (projetores, suporte especial para projetos e cabo HDMI), todos novos e de primeiro uso, que deverão ser instalados e postos em pleno funcionamento, de acordo com as especificações constantes no Edital, seus anexos e Proposta da Contratada.

VALOR GLOBAL: R\$ 72.970,00 (setenta e dois mil novecentos e setenta reais).

PRAZO: Compreendido entre a data de sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto, remanescendo seus efeitos até o decurso do prazo de sua garantia.

ITEM ORÇAMENTÁRIO: As despesas do presente Contrato correrão à conta da AÇÃO 1144 (Manutenção Serviços Administrativos Gerais) e dos itens orçamentários 3.3.90.30.26 (Material elétrico e eletrônico), 3.3.90.39.25 (Serviços de instalação de máquinas, equipamentos e afins), 4.4.90.52.33 (Equipamentos para áudio, vídeo e foto), do Orçamento da ALESC.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 8.666/93; Processo Licitatório modalidade Pregão CL nº 002/2008, e Autorizações da autoridade competente no Processo Licitatório n.º 004/2008, partes integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe.

Florianópolis, 19 de março de 2008.

Deputado Julio Garcia - Presidente ALESC

Winston Sarli - Representante Comercial da ADRIANA CRISTINA DA SILVA DE SOUZA INFORMÁTICA - ME

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 248, de 25/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

LOTAR **MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI**, matrícula nº 0866, na CGP/CE - Gerência de Relações Institucionais.

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

Republicada por incorreção

*** X X X ***

PORTARIA Nº 263, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ALCIDES GOMES**, matrícula nº 4379, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 31/03/08 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 264, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EVANDRO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 3748, do cargo Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Comissão de Constituição e Justiça).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 265, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **EVANDRO CARLOS DOS SANTOS**, matrícula nº 3748 para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 266, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **NOEL ANTONIO TAVARES DE JESUS**, matrícula nº 3627, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-65, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Romildo Titon).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 267, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **NOEL ANTONIO TAVARES DE JESUS**, matrícula nº 3627, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor de Comissão Permanente, código PL/GAC-59, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Comissão de Constituição e Justiça).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 268, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **JOAO GUERREIRO**, matrícula nº 4955, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 269, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **CLAUDETE NICOLAO GUERREIRO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Moacir Sopelsa).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 270, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA**, matrícula nº 5282, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Elizeu Mattos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 271, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações supervenientes das Resoluções nºs 003 e 004/2006,*

NOMEAR **MAGALI GUEDES DE SOUZA**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-43, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/04/08 (Deputado Elizeu Mattos).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 272, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FABRÍCIO DA CUNHA WOLFF**, matrícula nº 5209, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-51, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 31/03/2008 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 273, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **THIAGO BACK NEVES**, matrícula nº 5629, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 31/03/08 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 274, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **BARBARA ZILLI WAGNER MATOS**, matrícula nº 5628, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 31/03/08 (Deputado Jean Kuhlmann).

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 275, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ANTONITA KAL**, matrícula nº 5631, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 31/03/08 (Deputado Jean Kuhlmann).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 276, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

EXONERAR o servidor **ARMINDO MARIA**, matrícula nº 5193, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-55, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 31 de março de 2008 (Deputado Sargento Amauri Soares).
Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 277, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 008/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	Pregoeiro
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	
0947	Valter Euclides Damasco	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 278, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 009/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
1998	Bernadete Albani Leiria	Pregoeiro
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 279, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: *com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,*

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 010/2008.

Matr	Nome do Servidor	FUNÇÃO
0947	Valter Euclides Damasco	Pregoeiro
1332	Hélio Estefano Becker Filho	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	Equipe de apoio
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Vianna	
1998	Bernadete Albani Leiria	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 280, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0426/08,

RESOLVE:

ALTERAR nos assentamentos funcionais, o nome da servidora **KEILLA CRISTINE SILVEIRA CARDOSO**, matrícula nº 3240, fazendo constar como sendo **KEILLA CRISTINE SILVEIRA CARDOZO ALVES**, alteração definida nos termos da certidão exarada pelo Cartório 2º subdistrito - Florianópolis - SC.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 281, de 31/03/2008

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002,

RESOLVE: *com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,*

INCLUIR na folha de pagamento dos servidores a seguir nominados, quotas de **ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**, incidentes sobre os respectivos vencimentos, com o início de vigência e percentual enumerados na seqüência:

Nome servidor	Matr	Percentual		Vigência	Processo nº
		Concedido	Total		
Scheyla Gonçalves da Silva	0950	3%	36%	01/03/08	0297/2008
Carlos Roberto Silveira	0959	3%	36%	08/03/08	0324/2008
Bernadete Rebelo de Souza	1451	3%	30%	17/03/08	0375/2008
Anibal Estanislau	1907	3%	30%	19/03/08	0388/2008

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, no uso de suas atribuições, de acordo com o disposto no artigo 18 da Resolução nº 001/2006,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 282, de 31/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, por 16 (dezesseis) dias, a partir de 18/12/2007.

PORTARIA Nº 283, de 31/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a **MARCIA BITTENCOURT DA SILVA**, matrícula nº 1401, por 120 (cento e vinte), a partir de 06/02/08.

PORTARIA Nº 284, de 31/03/2008 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde) a **MARIA DO CARMO LOPES DOS REIS**, matrícula nº 1888, por 15 (quinze) dias, a partir de 20/02/08.

Neroci da Silva Raupp
Diretor Geral

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

EMENDA MODIFICATIVA Nº /2007

Dá nova redação ao art. 2º do PL 0357.5/2007:

Art. 1º O art. 2º passa a tramitar com a seguinte redação:

"Art. 2º A Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho será comemorada na primeira semana de maio."

Sala das Sessões, em 05 de março de 2008.

JUSTIFICATIVA

O objetivo desta emenda é definir a primeira semana de maio como a semana de consciência e combate ao assédio moral, coincidindo com a comemoração do dia nacional de combate ao assédio moral - que é comemorado no dia 02 de maio.

Bancada do Partido dos Trabalhadores

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/03/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 25/03/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 357/07

Cria a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído no Estado de Santa Catarina a Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho.

Parágrafo único. A Semana será voltada no sentido de coibir de forma eficaz a violência do assédio moral no ambiente de trabalho, buscando a formação de um coletivo multidisciplinar no aprimoramento e melhora do comportamento funcional e os cuidados que as instituições devem tomar quanto a coibir tal ato e o que a vítima deve fazer quando assediada moralmente.

Art. 2º A Semana da Consciência e do Combate ao Assédio Moral no Trabalho será comemorada na primeira semana de maio.

Art. 3º Serão encaminhadas à Coordenadoria de Planejamento de Saúde, os cadastros para a elaboração de banco de dados contendo o número de pessoas vítimas, com sintomas provocados pelo assédio moral no trabalho, no Estado, para controle e planejamento específicos, com o objetivo de coibir essa prática.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 25 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0618.7/2007

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 0618.7/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Elizeu Mattos

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/03/08

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0618.7/2007

Fica acrescido o art. 4º ao Projeto de Lei nº 0618.7/2007, com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Elizeu Mattos

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/03/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 618/07

Declara de utilidade pública a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas - SAVC, no Município de Canoinhas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Assistencial Vale do Canoinhas - SAVC, com sede no Município de Canoinhas.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0665.3/2007

O artigo 3º do Projeto de Lei nº 0665.3/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada da alteração ocorrida no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil."

Sala da Comissão, em

Deputado Elizeu Mattos

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/03/08

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº PL/0665.3/2007

Fica acrescido o art. 4º ao Projeto de Lei nº 0618.7/2007, com a seguinte redação:

"Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado Elizeu Mattos

Relator

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 26/03/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 665/07

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Comerciaro - AMBAC, no Município de Criciúma.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Comerciaro - AMBAC, com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembléia Legislativa, até 30 de junho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades;

II - declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública;

III - cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto, se houver; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 27 de março de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. PL/00018.0/2008

O Parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 0018.0/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º. (...)

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto nesta Lei os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano, nas áreas rurais urbanizadas e nos empreendimentos turísticos, bem como as promoções realizadas por instituições legalmente constituídas e a comercialização realizada diretamente pela indústria de bebidas alcoólicas e/ou de produção artesanal, e expostas em estabelecimento próprio."

Sala da Comissão, em

Deputado Romildo Titon

Relator

APROVADO EM 1º TURNO

Em Sessão de 19/03/08

APROVADO EM 2º TURNO

Em Sessão de 25/03/08

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 018/08

Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.322, de 2008, que dispõe sobre a comercialização de bebidas alcoólicas nas rodovias do Estado de Santa Catarina.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 1º da Lei nº 14.322, de 15 de janeiro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto nesta Lei os estabelecimentos comerciais situados no perímetro urbano, nas áreas rurais urbanizadas e nos empreendimentos turísticos, bem como as promoções realizadas por instituições legalmente constituídas e a comercialização realizada diretamente pela indústria de bebidas alcoólicas e/ou de produção artesanal, e expostas em estabelecimento próprio." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 050/08

Altera a Lei nº 9.209, de 1993, que declara de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Vale Norte do Rio Itajaí.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º O art. 1º da Lei nº 9.209, de 1º de setembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Aposentados e Pensionistas de Presidente Getúlio, com sede no Município de Presidente Getúlio." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 26 de março de 2008

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***